

**LILIANE MIRANDA DA SILVA**

**ANÁLISE DAS METAS ESTABELECIDAS ÀS EMPRESAS DE TELEFONIA FIXA  
LOCAL NO BRASIL 1998 - 2003**

Monografia apresentado à disciplina de Monografia como requisito parcial à conclusão do Curso de Ciências Econômicas – Diurno, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Armando Vaz Sampaio

**CURITIBA**

**2004**

## TERMO DE APROVAÇÃO

LILIANE MIRANDA DA SILVA

ANÁLISE DAS METAS ESTABELECIDAS ÀS EMPRESAS DE TELEFONIA FIXA  
LOCAL NO BRASIL 1998 – 2003

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Economia no Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicada, da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

  
Prof. Dr. Armado Vaz Sampaio  
Departamento de Economia, UFPR

  
Prof. Divonzir Lopes Beloto  
Departamento de Economia, UFPR

  
Prof. Dr. Walter Tadahiro Shima  
Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 17 de fevereiro de 2004

## SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	iv
LISTA DE TABELAS.....	vi
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	vi
RESUMO.....	vii
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. EMBASAMENTO TEÓRICO.....	2
2.1. TEORIAS DE BASE.....	2
3. HISTÓRICO DA TELECOMUNICAÇÃO NO BRASIL.....	8
3.1. MONOPÓLIO DAS TELECOMUNICAÇÕES.....	13
3.2. PRIVATIZAÇÃO DO SISTEMA TELEBRÁS.....	15
3.2.1. Agência Nacional de Telecomunicação – Anatel.....	18
3.2.2. Telebrás.....	20
3.2.3. Pós Privatização – (Opiniões sobre a venda da Telebrás).....	22
4. PASTE - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES E DO SISTEMA POSTAL.....	25
4.1. PLANO GERAL DE OUTORGAS (PGO).....	27
4.2. PLANO GERAL DE METAS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DE SERVIÇO PRESTADO NO REGIME PÚBLICO - E - PLANO GERAL DE METAS DE QUALIDADE PARA O SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO.....	29
4.2.1. O Plano Geral de Metas para a Universalização de Serviço Prestado no Regime Público .....	29
4.2.2. Plano Geral de Metas de Qualidade para o Serviço Telefônico Fixo Comutado.....	30
4.3. VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS.....	32
4.3.1. Protocolo de compromisso de 98 à 99, Indicadores do Plano Geral de Metas de Universalização e Metas de Qualidade de 2000 à 2003.....	33
4.4. O PORQUÊ DE ALGUMAS EMPRESAS NÃO CUMPRIREM AS METAS EXIGIDAS PELA ANATEL.....	42
5. TARIFAS.....	44
6. CONCLUSÃO.....	48
REFERÊNCIAS.....	50

**LISTA DE SIGLAS**

<b>ANATEL</b>	- Agência Nacional de Telecomunicações
<b>BNDES</b>	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
<b>CCG</b>	- Controladoria Geral da União
<b>CETERP</b>	- Centrais Telefônicas de Ribeirão Preto S.A.
<b>CONTEL</b>	- Conselho Nacional de Telecomunicações
<b>CRT</b>	- Companhia Riograndense de Telecomunicações
<b>CTB</b>	- Companhia Telefônica Brasileira
<b>CTBC</b>	- Companhia Telefônica da Borda do Campo
<b>CTBC TELECOM</b>	- Companhia de Telecomunicações do Brasil Central
<b>CTMR</b>	- Companhia Telefônica Melhoria e Resistência
<b>DDD</b>	- Discagem Direta a Distância
<b>DDI</b>	- Discagem Direta Internacional
<b>EBCT</b>	- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
<b>EMBRATEL</b>	- Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A.
<b>FISTEL</b>	- Fundo de Fiscalização das Telecomunicações
<b>FITTEL</b>	- Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações
<b>FNT</b>	- Fundo Nacional de Telecomunicações
<b>ICMS</b>	- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
<b>IGP-DI</b>	- Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna
<b>MINICOM</b>	- Ministério das Comunicações
<b>PASTE</b>	- Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal
<b>PCS</b>	- Personal Communication Systems
<b>PGMQ</b>	- Plano Geral de Metas para a Qualidade
<b>PGO</b>	- Plano Geral de Outorgas
<b>PMGU</b>	- Plano Geral de Metas para a Universalização

<b>RADIOBRÁS</b>	- Companhia Radiográfica Brasileira
<b>SERCOMTEL</b>	- Sercomtel S.A. Telecomunicações
<b>STFC</b>	- Serviço Telefônico Fixo Comutado
<b>TBSL</b>	- Tarifa Básica de Serviço Local
<b>TELAIMA</b>	- Telecomunicações de Roraima S/A.
<b>TELAMAZON</b>	- Telecomunicações do Amazonas S/A.
<b>TELASA</b>	- Telecomunicações de Alagoas S/A.
<b>TELEACRE</b>	- Telecomunicações do Acre S/A.
<b>TELEAMAPÁ</b>	- Telecomunicações do Amapá S/A.
<b>TELEBAHIA</b>	- Telecomunicações da Bahia S/A.
<b>TELEBRASÍLIA</b>	- Telecomunicações de Brasília S/A.
<b>TELECEARÁ</b>	- Telecomunicações do Ceará S/A.
<b>TELEGOIÁS</b>	- Telecomunicações de Goiás S/A.
<b>TELEMAT</b>	- Telecomunicações de Mato Grosso S/A.
<b>TELEMIG</b>	- Telecomunicações de Minas Gerais S/A.
<b>TELEPAR</b>	- Telecomunicações do Paraná S/A.
<b>TELEPARÁ</b>	- Telecomunicações do Pará S/A.
<b>TELEPISA</b>	- Telecomunicações do Piauí S/A.
<b>TELERGIPE</b>	- Telecomunicações de Sergipe S/A.
<b>TELERN</b>	- Telecomunicações do Rio Grande do Norte S/A.
<b>TELERON</b>	- Telecomunicações de Rondônia S/A.
<b>TELESC</b>	- Telecomunicações de Santa Catarina S/A.
<b>TELESP</b>	- Telecomunicações de São Paulo S/A.
<b>TELEST</b>	- Telecomunicações do Espírito Santo S/A.
<b>TELMA</b>	- Telecomunicações do Maranhão S/A.
<b>TELPA</b>	- Telecomunicações da Paraíba S/A.
<b>TELPE</b>	- Telecomunicações de Pernambuco S/A.
<b>TUP</b>	- Telefone de Uso Público

## LISTA DE TABELAS

TEBELA 1	- RESULTADO DO LEILÃO DA CONCESSÃO DA BANDA B.....	17
TABELA 2	- RESULTADO DO LEILÃO DA TELEBRÁS.....	22
TABELA 3	- PLANO DE INVESTIMENTOS EM TELECOMUNICAÇÕES.....	26
TABELA 4	- METAS DOS INVESTIMENTOS EM TELECOMUNICAÇÕES (METAS DOS SERVIÇOS).....	26
TABELA 5	- PLANO GERAL DE METAS PARA UNIVERASALIZAÇÃO DO SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO E PLANO GERAL DE METAS DA QUALIDADE PARA O SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO.....	30
TABELA 6	- PROTOCOLO DE COMPROMISSO 1998 – 1999.....	34
TABELA 7	- METAS DE UNIVERSALIZAÇÃO E QUALIDADE 2000.....	35
TABELA 8	- METAS DE UNIVERSALIZAÇÃO E QUALIDADE 2001.....	35
TABELA 9	- METAS DE UNIVERSALIZAÇÃO E QUALIDADE 2002.....	36
TABELA 10	- METAS DE UNIVERSALIZAÇÃO E QUALIDADE 2003.....	36
TABELA 11	- VALORES DA ASSINATURA MENSAL.....	45
TABELA 12	- VALORES TARIFÁRIOS DO STFC 1999 – 2002.....	46

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	- FEIXE DE CURVAS DA PROCURA COM ECONOMIAS DE REDE EX-ANTE E CURVA DA PROCURA COM ECONOMIAS DE REDE EX-POST.....	6
FIGURA 2	- CASO DE UM MONOPÓLIO DE TELECOMUNICAÇÕES.....	7

## RESUMO

Após a privatização do sistema Telebrás, o Estado abandona seu papel de controlador absoluto das telecomunicações, transferindo esta função para as empresas privadas. O Estado passa a atuar como regulador, tentando estimular a concorrência nas telecomunicações. O presente trabalho, verifica se há ou não o cumprimento das metas estabelecidas pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, pelas prestadoras autorizadas a atuar no ramo da telefonia fixa local. Onde a Anatel estabeleceu, que as operadoras que não cumprissem suas metas seriam multadas. Mesmo com a privatização, está muito longe do telefone fazer parte do cotidiano de toda população brasileira. Uma razão para esta conclusão é devido ao preço da assinatura do telefone que continua alto, para os níveis de renda do país, deixando cada vez mais distante o sonho de grande parte da população de ter um telefone em casa.

## 1. INTRODUÇÃO

Com a abertura do mercado, com as transformações do mundo contemporâneo e com as mudanças do papel do estado na economia, fazem com que alguns países privatizem parte de seu patrimônio.

O sistema Telebrás criado por iniciativa do poder público ele é privatizado no ano de 1998, e após essa privatização começa ocorrer mudanças nas telecomunicações.

Este trabalho verificará essas mudanças ocorridas com a privatização na telefonia fixa local de 1998 a 2003, onde o principal objetivo será analisar o cumprimento das metas de universalização e qualidade exigidas pela Anatel.

No capítulo 2 será apresentado o Embasamento Teórico, em seguida o capítulo 3 tratará da história das telecomunicações no Brasil, contando sobre o primeiro telégrafo inaugurado no Brasil em 1852 e os pontos mais importantes no desenvolvimento da telecomunicação brasileira. Ainda no capítulo 3 é tratado do monopólio das telecomunicações, do nascimento da agência fiscalizadora do governo - Anatel, da preparação para a privatização do sistema Telebrás a própria privatização, mostrando para quem foi vendido o sistema Telebrás e o valor obtido por ela.

O capítulo 4 apresentará algumas metas estabelecidas pela Anatel analisando o cumprimento ou não delas pelas operadoras, e o tratamento dado às concessionárias autorizadas quando estas descumprem as metas impostas pela agência.

No último capítulo será tratado das tarifas da telefonia fixa local mostrando se houve aumento ou diminuição dos preços da telefonia após a privatização.

## 2. EMBASAMENTO TEÓRICO

### 2.1. Teoria de Base:

Para alguns economistas a gestão pública, em geral, apresenta profundas deficiências, para outros, há áreas bem administradas pelo setor estatal.

A telefonia fixa no Brasil se desenvolve como uma empresa do governo, portanto não existia concorrência nesse mercado. Havia um “Monopólio Estatal”, (monopólio criado pela legislação), onde somente o Estado poderia cuidar do desenvolvimento de uma determinada atividade. O Estado, na qualidade de poder concedente, prestava todos os tipos de serviços, o produto não possuía substituto próximo, e não existia empresas concorrentes. O mercado era fechado, o governo ficava livre para fixar preços que poderiam lhe propiciar um maior lucro, Sandroni (2000, p. 410).

A venda das estatais ao setor privado teve um papel importante dentro da política de reestruturação econômica. Uma das principais justificativas para a privatização é que a eficiência produtiva das empresa estatais aumenta com sua transferência para o setor privado, PINHEIRO E FUKASAKU (1991).

Para VICKRERS E YARROW (1995), o objetivo de aumentar a eficiência das empresas é atingido com a privatização em virtude do fim de monopólios que resulta numa reorganização industrial.

Após a abertura do mercado de telecomunicações (privatização), o Monopólio deixou de ser Estatal e passou a ser Monopólio por Concessões Públicas. O governo passou a ceder as empresas privadas o direito exclusivo de negociar no mercado de telecomunicações, mas essas empresas são reguladas por um órgão do governo, e passam a ter direitos e deveres a serem cumpridos.

Segundo o artigo Caminhando para o monopólio privado em telecomunicações (2002) da FITTEL, o Monopólio da Telecomunicação deixou de ser Estatal para ser um Monopólio Natural (privado).

Entende-se por Monopólio Natural, a situação de mercado em que o tamanho ótimo de instalação e serviços oferecidos, seria suficientemente grande para atender o mercado, de forma que existiria espaço para uma única empresa. A empresa pode trabalhar com um custo médio decrescente, a fim de baixar seus preços. Algumas empresas concorrentes não conseguem acompanhar essa baixa de preços e acabam saindo ou diminuindo sua abrangência no mercado, Sandroni (2000, p. 410).

Para a FITTEL:

... somente se pode ter concorrência de verdade na prestação de serviços básicos de mesma natureza se a sociedade tiver o desenvolvimento econômico suficiente para bancar o preço. Isto significa, que sai muito caro um grupo social grande ter dois canos de distribuição de água para que o consumidor escolha uma das companhias distribuidoras pelo preço ou outro diferencial qualquer. Também não se concede, do ponto de vista econômico, uma família escolher entre duas redes elétricas que possam em sua casa de qual delas passará consumir energia elétrica. O mesmo raciocínio vale para o uso de serviços de telecomunicações. A capilaridade da teia das linhas telefônicas precisa ser muito grande para atingir áreas e é muito cara para ser implantada, imagine-se implantar e manter uma imagem dessa teia e deixar grande parte dela em "stand by". Ninguém faz isso. O que foi efetivamente feito foi investir na áreas onde havia mais certeza de retorno de investimento.

A FITTEL afirma ainda que a competência administrativa privada está longe da eficiência.

Ao tratar do aumento da competição local nas telecomunicações, FAGUNDES (2003) diz que:

Apesar dos inegáveis avanços provocados com a privatização do setor de telecomunicações no Brasil, notadamente por intermédio da introdução e aumento da competição em diversos segmentos do mercado de serviços de telecomunicações, os serviços de telefonia fixa local permanecem praticamente monopolizados pelas operadoras concessionárias locais tradicionais (Telemar, Brasil Telecom e Telefônica, as chamadas teles).

Nas telecomunicações o desenvolvimento tecnológico tem dois objetivos básicos: melhoramento de recursos não-humanos (aquisição de novos equipamentos - máquinas modernas) e novos conhecimentos sobre como combinar recursos (melhoria na qualidade do produto). A tecnologia é uma arma competitiva e tem como principal objetivo trazer vantagem de qualidade, custo e capacidade.

Há várias definições para estratégia tecnológica. Para MELO (1989, p.120) "é um conjunto de ações através das quais são tomadas decisões sobre a atividade

tecnológica, alocação de recursos para tais iniciativas e se estrutura um contexto para o desenvolvimento e manutenção dos recursos tecnológicos que servirão de suporte à atuação estratégica de longo prazo de uma empresa”.

Mas para MARCOVITCH (1992, p. 48), a estratégia tecnológica constitui-se de três componentes básicos:

- a) medidas rotineiras que buscam elevar a produtividade e qualidade;
- b) projetos de inovação que garantam tecnologia necessária para a modernização e expansão; e
- c) ações empreendedoras para enfrentar rupturas tecnológicas imprevistas, promovendo alianças estratégicas ou investindo em novas unidades de negócios.

PASTORIZA (1996, p. 77) diz que:

A evolução tecnológica (em especial, o surgimento das tecnologias digitais de transmissão e comutação e a incorporação de recurso computacionais às redes) reduziu sobremaneira os custos de transmissão e processamento de informações. Essa redução permitiu: o surgimento de novos ofertantes interessados em explorar serviços específicos (“nichos”, notadamente os serviços de valor adicionado); a difusão das redes corporativas intrafirmas e interfirmas, rompendo assim a fronteira que separava os produtores e os usuários de serviços de telecomunicações.

A inovação tecnológica para KON (1994, p. 118) pode se dar através das inovações de processos, que simplesmente consistem em alterar as formas de produção de um determinado produto e não o produto em si.

Segundo THOMPSON E FORMBY (1998, p. 106-109), nas telecomunicações, a inovação tecnológica tem forçado a reforma e a fusão de algumas empresas.

A tecnologia pode também estreitar os limites de uma empresa e dividi-la em várias outras. Essas novas tecnologias não só são importantes como fonte de redução de custos, mas também abrem oportunidades para aumentar a quantidade e qualidade de serviços produzidos pelas empresas, permitindo essas empresas inovadoras apresentarem bons resultados na diferenciação de seu produto dos produtos das empresas rivais.

Já o Progresso Técnico ocorre através de um aumento na produção de insumos ou na produtividade do trabalho (mão de obra). Essas alterações vão depender da

possibilidade de cada região ter condições de uma demanda potencial suficiente (interna) para o aumento de produção resultante, ou da capacidade daquela inovação induzir demanda pela nova produção. Para JOAN ROBINSON (1983, p. 370) a definição de progresso técnico é : "o progresso técnico em sua totalidade se concentra na melhoria do projeto dos equipamentos a serem usados no setor de bens e consumo".

Tanto o progresso técnico quanto o desenvolvimento e as inovações tecnológicas tem como principais objetivos como já foi dito: diminuir custos e aumentar a produção. Essas mudanças conseqüentemente terão alteração no preço do produto, podendo ser um fator decisivo no comportamento do consumidor, já que ele tem uma restrição orçamentária, nas quais irá limitar a possibilidade de exercer o consumo em razão aos preços, PINDYCK E RUBINFELD (1994, p. 74-93).

As redes existem a muito tempo, mas com as políticas relativas as telecomunicações e o aparecimento da internet, nasceu um novo ramo da microeconomia, economias de redes. Economias de redes, segundo MATEUS E MATEUS (2002, p. 407-409), é o "Ramo da microeconomia que estuda os sistemas constituídos por produtos que revelam uma complementaridade substancial, sujeitos a efeitos de circularidade, e normalidade com elevados custos iniciais de investimento".

Será formulada a seguir a procura de serviços telefônicos, onde os subscritos a espera de um telefone, pode ser chamado de  $y$ , este  $y$  varia de um intervalo de  $[0,1]$ . Os consumidores que estão dispostos a pagar um valor maior para obter uma linha telefônica serão representados por um  $y$  baixo e os consumidores que estão dispostos a pagar pouco tem sua representação feita por um  $y$  elevado. O número total de consumidores já assinantes é dado por  $n$ , que pode ser maior ou igual a 0 ou menor igual a 1.  $P_y$  é o preço da assinatura. A utilidade de um consumidor interessado por uma linha telefônica é definido por  $y$ ,  $y$  poderá ser maior igual a 0 ou menor igual a 1, por:  $U^y = n(1-y) - P_y$ , se é um assinante do sistema, e igual a 0 se não for assinante.

A função utilidade aumenta com o número de assinaturas.

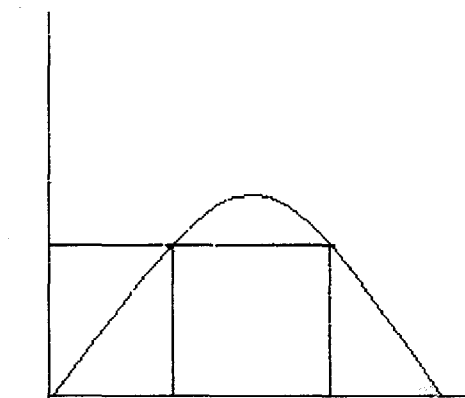
$Y^*$  representa o consumidor marginal (consumidor que é indiferente entre fazer ou não a assinatura de um telefone):  $0 = n(1-y^*) - P_y$ . O número total de consumidores é

dado por:  $n=y^*$ , pelo que:  $0=n(1-Y^*)-P_y$ , ou  $P_y=y^*(1-y^*)$ , essa última equação, é a curva da procura para um dado numero de consumidores.

Se o preço se elevar existirá uma pequena procura por linhas telefônicas, e quando os preços baixarem a procura irá aumentar pelo produto.

É possível agregar a procura potencial de  $n^e$  consumidores, para uma dada base instalada,  $n$ , pela fusão procura  $n=f(n^e, P_y)$  ou  $P_y=P_y(n, n^e)$ . A curva da procura será decrescente, uma parábola com a curvatura voltada para baixo.

**FIGURA 1 – FEIXE DE CURVAS DA PROCURA COM ECONOMIAS DE REDE EX-ANTE E CURVA DA PROCURA COM ECONOMIAS DE REDE EX-POST.**



FONTE: MATEUS E MATEUS

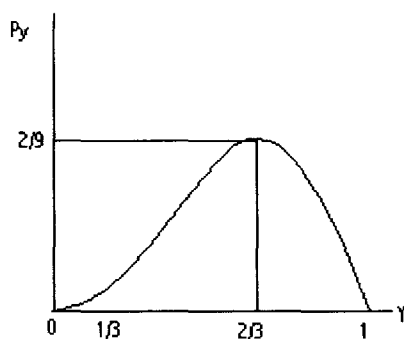
A curva da procura de economias de rede é formada por uma curva de procura *ex-post* ( que é uma parábola com a concavidade virada para baixo que mostra para cada preço o número de usuários que efetivamente está a usar a rede), formada também pela de procura *ex-ante* (feixe de curvas da procura que representa a procura potencial em número de usuários, dada cada rede possível instalada).

Para cada nível de preço existe dois níveis de procura, um baixo nível dado por um menor número de assinantes, e um elevado nível com um elevado número de subscritos. O  $y_l$  representa a massa crítica (número de consumidores mínimo a partir do qual um pequeno acréscimo faz aumentar substancialmente o número total de consumidores que estão dispostos a se beneficiar do aumento da rede, para um dado preço).

Uma empresa que está no mercado de economias de rede é incentivado a cobrar um preço abaixo do custo marginal (custo de uma unidade adicional de uma determinada mercadoria ou produto). Ao baixar o preço a empresa consegue expandir o número de assinantes da rede, aumentando a utilidade dos já assinantes, mais tarde podendo a empresa fixar um preço mais alto.

No monopólio de telecomunicações, o preço que maximiza os lucros do monopolista é dado pela fórmula:  $\max \pi (y) = p_y (y) \cdot y = y \cdot (1-y) \cdot y$ , a condição de 1º ordem dá-nos:  $2y - 3y^2 = 0$ , ela estabelece que os pontos de equilíbrio possíveis são:  $y=0$  ou  $y=2/3$ . Somente o segundo é um máximo pelas condições de 2º ordem. O preço que maximiza o lucro é:  $p_y = 2/3 \cdot (1 - 2/3) = 2/9$ . Quando não há assinante o lucro é nulo. Se toda a população estiver ligada o monopolista tende a fixar o preço a zero, tornando o lucro também nulo.

**FIGURA 2 – CASO DE UM MONOPÓLIO DE TELECOMUNICAÇÕES**



FONTE: MATEUS E MATEUS

O preço que maximiza o lucro é igual  $2/9$  e a rede igual a  $2/3$  da população potencial, não cobrindo, portanto, toda a população.

Pode-se tirar como conclusão, segundo MATEUS E MATEUS, que se em uma cidade, estado, país o governo conceder o monopólio das redes de telefones não haverá incentivos para essas empresas cobrirem toda a população.

### 3. HISTÓRICO DA TELECOMUNICAÇÃO NO BRASIL

O desenvolvimento dos meios de comunicação é um dos fatores fundamentais para o progresso da sociedade.

Há mais de um século, novas tecnologias no campo das telecomunicações tem provocado uma verdadeira revolução na nossa maneira de viver. O telégrafo, o telefone, o rádio e a televisão constituem as etapas de um caminho que tem apresentado um grande avanço nos últimos anos.

Segue-se abaixo as etapas do processo de evolução das telecomunicações no Brasil, os meios que contribuíram e contribuem para que o homem possa comunicar-se à distância, estas informações foram retiradas de GALVÃO (1985, p. 313-334) e da Pequena Cronologia das Telecomunicações no Brasil (1979).

- O primeiro telégrafo elétrico inaugurado no Brasil foi inaugurado em 11 de maio de 1852, ligando o Palácio da Boa Vista ao Quartel do Campo, ambos em São Cristóvão, no Rio de Janeiro.
- O desenvolvimento do sistema exigiu a criação, em 1855, da Repartição Geral dos Telégrafos, (onde o Barão de Capanema é nomeado **Diretor Geral**) embrião da atual Empresa de correios e Telégrafos (EBCT).
- Em janeiro de 1857 foi inaugurado a segunda linha de telégrafos, ligando o Rio de Janeiro e Petrópolis.
- **No dia 28 de junho de 1860 a administração dos telégrafos é transferida para o ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.**
- **No mês de Junho de 1866 foi inaugurada a linha telegráfica Rio- Porto Alegre e em 1873 a linha telegráfica para Maceió e Recife.**

- A primeira ligação comercial estabelecida, ocorreu em 22 de junho de 1874, através de um cabo telegráfico submarino , ligando Recife a Lisboa.
- Em 1875, foi inaugurada a linha telegráfica para a Paraíba, o cabos telegráficos submarino, chegam ao Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.
- O Brasil em 1877 aderiu à Convenção de São Petersburgo, que regulava os serviços de telegrafia internacional.
- Em 1879 iniciou as ligações telegráficas com o Uruguai, e nesse mesmo ano o Governo Imperial autorizou a organização da “Companhia Telefônica do Brasil” (CTB).
- Foi formada a Companhia Telefônica do Brasil em 13 de outubro de 1880 com um capital de 300.000 dólares, representando por três mil ações de 100 dólares cada uma, onde a Companhia passa a funcionar em 17 de abril de 1881 pelo Decreto nº 8065.
- Em 21 de agosto de 1881 foi publicada a primeira lista telefônica no Brasil (Rio de Janeiro), constando, apenas, linhas comerciais.
- Decreto nº 8460 de 1882 concedeu autorização para exploração do serviço telefônico no Maranhão.
- Em 1907, a extensão de nossas linhas telefônicas atingiu a 212 Km, e em 1918 entravam em operação os três primeiros circuitos telefônicos entre Rio e São Paulo.
- No dia 26 de maio de 1922 a Radiobrás (Cia. Radiográfica Brasileira) iniciou os serviços de telegrafia e telefonia, via rádio, entre o Rio de Janeiro, Nova York, Roma, Paris, Londres e Berlim. E em 29 de junho de 1969 a Radiobrás encerrou suas atividades.

- Roquete Pinto em 1933 fez a primeira tentativa de transmissão de TV, no Brasil.
- No Brasil, a primeira instalação de um cabo coaxial (equipamento que chega a ter mais de 3.000 pares de fios, todos perfeitamente isolados, permitindo elevar a milhares as conversações simultâneas num mesmo circuito, sem qualquer interferência) ocorreu em 1954, ligando o Rio de Janeiro a Petrópolis.
- Primeiro sistema de microondas, instalado no Brasil se verificou em dezembro de 1957, entre o Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas, seguindo –se as ligações Rio – Brasília, Rio - Belo Horizonte e outras mais, permitindo, através de seus modernos sistemas de multicanais, milhares de ligações simultâneas.
- A Lei 4117 instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações em 27 de agosto de 1962; sendo criado o Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL); autorizando o Poder Executivo a constituir uma empresa pública para explorar, industrialmente, os serviços de telecomunicações, postos sob regime de exploração da união; também foi criado o Fundo Nacional de Telecomunicações (FNT) para ser aplicado no Plano Nacional de Telecomunicações.
- A EMBRATEL foi constituída como empresa pública em 16 de setembro de 1965 em março de 66 a EMBRATEL adquire o controle acionário da CTB.
- Criado pelo Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967 o Ministério das Comunicações (Minicom), tinha como objetivo: formular, dirigir, orientar e controlar a política de Comunicações do Governo Brasileiro e supervisionar todo e qualquer órgão da administração federal, direta ou indiretamente enquadrado em sua área de competência, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Presidente da República.
- Foi Inaugurado em 03 de julho de 1970 o sistema de Discagem Direta a Distância (DDD) entre Porto Alegre e São Paulo.

- Através da Lei nº 5.792, em 1972, foi criada a TELEBRÁS, empresa de economia mista, com capital controlado pela União e sediada em Brasília. Em agosto deste mesmo ano a EMBRATEL foi transformada em sociedade de economia mista, subsidiária da TELEBRÁS.
  
- Em 04 de abril de 1973 a EMBRATEL passou a ser a única operadora de serviços internacionais no Brasil.
  
- Em 06 de setembro de 1975 a TELEPAR (Telecomunicações do Paraná S/A) passou a pertencer ao Grupo TELEBRÁS, ficando o mesmo assim constituído:  
C. R.T – Companhia RioGrandense de Telecomunicações S/A.  
CTB – Companhia Telefônica Brasileira S/A.  
EMBRATEL – Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A.  
TELAIMA – Telecomunicações de Roraima S/A.  
TELAMAZON – Telecomunicações do Amazonas S/A.  
TELASA – Telecomunicações de Alagoas S/A.  
TELEACRE – Telecomunicações do Acre S/A.  
TELEAMAPÁ – Telecomunicações do Amapá S/A.  
TELEBAHIA – Telecomunicações da Bahia S/A.  
TELEBRASÍLIA – Telecomunicações de Brasília S/A.  
TELECEARÁ – Telecomunicações do Ceará S/A.  
TELEGOIÁS - Telecomunicações de Goiás S/A.  
TELEMAT – Telecomunicações de Mato Grosso S/A.  
TELEMIG – Telecomunicações de Minas Gerais S/A.  
TELEPAR – Telecomunicações do Paraná S/A.  
TELEPARÁ – Telecomunicações do Pará S/A.  
TELEPISA – Telecomunicações do Piauí S/A.  
TELERGIPE – Telecomunicações de Sergipe S/A.  
TELERN – Telecomunicações do Rio Grande do Norte S/A.  
TELERON - Telecomunicações de Rondônia S/A.

TELESC – Telecomunicações de Santa Catarina S/A.

TELESP – Telecomunicações de São Paulo S/A.

TELEST – Telecomunicações do Espírito Santo S/A.

TELMA – Telecomunicações do Maranhão S/A.

TELPA – Telecomunicações da Paraíba S/A.

TELPE – Telecomunicações de Pernambuco S/A.

- A EMBRATEL inaugurou em 10 de novembro de 1975 o sistema de Discagem Direta Internacional (DDI).
- A Companhia Telefônica Brasileira (CTB) em 20 de fevereiro de 1976 passou a denominar-se TELERJ – Telecomunicações do Rio de Janeiro S/A.
- Em 03 de setembro de 1979 a EMBRATEL inaugurou o sistema de Supervisão e Controle de Tráfego e Comutação.
- A indústria de tele-equipamentos no ano de 1983 trabalhou com 50% de ociosidade, os investimentos eram muito baixos;
- Em 1985, começou a implantação de terminais digitais, onde os primeiros (6.120) foram instalados em São Paulo;
- No ano de 1986 iniciou a fase de retomada de investimentos;
- Em 1991 - O Brasil entra na Era da Telefonia Celular.
- O governo por meio da Emenda Constitucional nº 8, extinguiu o monopólio estatal, em 15 de agosto de 1995;
- A aprovação da Lei Mínima (Lei 9.295, de 19/07/96), criada para encurtar o caminho para a abertura do mercado, a telefonia móvel celular e serviços via

satélite, com a aprovação da lei, o governo montou uma estrutura para colocar à venda as autorizações para a exploração da banda B da telefonia celular;

- A Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), criada em 16 de julho de 1997 pela Lei nº 4117, sendo instituída através do Decreto-lei nº 2338 em 07 de outubro de 1997, afim de coordenar o processo de privatização do sistema de Telecomunicações, criar regras para seu funcionamento e fiscalizar as novas empresas que surgiram depois da privatização;
- Em 29 de julho de 1998 ocorreu a venda do sistema TELEBRÁS através de leilão, uma das maiores empresas do mundo no setor.

### 3.1. Monopólio das Telecomunicações

Até os anos 60, cada Câmara Municipal votava seu próprio valor tarifário, geralmente sub-avaliando os custos que permitiriam o retorno necessário, desestimulando, assim, os investimentos no setor de telecomunicação. A grande parte dos meios de comunicação se encontravam nessa época concentrados nas capitais e no litoral do país, BRANDÃO (1999).

O decreto 52.026, de 20 de maio de 1963 aprovou o regulamento geral para a execução do código de telecomunicação implantado pela Lei 4.117 no ano de 1962. A entrada do capital estatal no setor de telecomunicação foi progressivamente aumentado a partir da implantação do código, que previa uma participação relevante do Estado no fornecimento e aperacionalização dos serviços de telecomunicação, NOVAES (2001, p. 148).

Na época da implantação do Código de Telecomunicação, havia uma empresa telefônica dominante no Brasil, era uma subsidiária da Canadian Traction Light and Power Company, que operava 62% das linhas telefônicas fixas instaladas no país, principalmente concentradas nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, tendo sido

nacionalizada no final dos anos 60. Os restantes 38% do mercado estavam divididos por mais de 800 entidades, entre prefeituras, empresas privadas e cooperativas espalhadas pelo resto do país, NOVAES (2001, p. 149).

O Código de Telecomunicações, definiu a competência do Estado; definiu os serviços de telecomunicações e os classificou em categorias; criou o Conselho Nacional de Telecomunicações (Contei); autorizou o Poder Executivo a constituir uma empresa estatal que veio a ser a Embratel; estabeleceu o Fundo Nacional de Telecomunicação (FNT), constituindo a partir de uma sobretarifa nos serviços de telecomunicações por dez anos para financiar a Embratel (cujos os acionistas só podiam ser pessoas jurídicas de direito público, bancos governamentais e empresas governamentais), NOVAES (2001, p. 149).

O Contei, tinha como objetivo aprovar o valor das tarifas a serem cobradas pelas empresas; estabelecer as normas, fixar critério e taxas para redistribuição de tarifas nos casos de tráfego mútuo entre as empresas de telecomunicações; opinar sobre a cassação ou renovação de concessões; e estabelecer normas técnicas padronizadas que garantissem a eficiente integração dos serviços no sistema nacional de telecomunicações, NOVAES (2001, p. 150).

Em 1972, o fato importante que ocorreu foi o governo dar início ao processo de nacionalização e unificação do sistema de telecomunicação do país com a criação da Telebrás, uma empresa de capital majoritário estatal sob controle do Ministério das Comunicações. A lei que criou a Telebrás previa que ela incorporasse as empresas prestadoras de serviço cujas concessões fossem expirando. A Telebrás também tinha o direito de promover desapropriações de empresas telefônicas privadas, de acordo com a legislação vigente, e transferir os ativos para as suas subsidiárias. A Embratel (constituída como empresa pública em 1965) e a Telebrás exerceram um papel importante na unificação e na criação de uma rede básica de telefonia para o país, NOVAES (2001, p. 150).

O modelo estatal de telecomunicação começou a dar sinais de esgotamento no final dos anos 80, onde nessa época o setor estava em mudança acelerada em termos tecnológicos e exigia agilidade das operadoras para atender à crescente demanda por

serviços cada vez mais especializados e sofisticados. A Telebrás e as suas subsidiárias não tinham condições de atender a esta demanda por investimentos, não tinha liberdade para decidir ao seu próprio nível de investimentos, NOVAES (2001, p. 151).

O controle sobre as tarifas e a falta de independência da Telebrás para determinar o seu nível de endividamento explicam o recurso ao uso do chamado “autofinanciamento” para financiar a expansão da rede de telefonia. Nesse sistema, o consumidor financia a sua própria linha telefônica ao pagar uma quantia antecipada à subsidiária da Telebrás operando no estado de domicílio do consumidor. A empresa telefônica, por sua vez deveria, em um prazo de 24 meses, fazer a instalação da linha. Em troca, o consumidor recebia ações da Telebrás com base no valor patrimonial da ação. Esta foi uma das principais razões pela qual a participação acionária da União da Telebrás caiu ao longo do tempo para cerca de apenas 21% do capital total da empresa, no momento da privatização da Telebrás. NOVAES (2001, p. 148-151).

### 3.2. Privatização do Sistema Telebrás

“Os governos em todo o mundo estão apostando em que o setor privado é capaz de realizar o que o setor público, com sua pesada burocracia, não conseguiu - reinventar as economias nacionais, transferindo a infra-estrutura de comunicações para mãos particulares”, NAISBITT (1994, p. 74).

A abertura das telecomunicações no Brasil começou no governo de Fernando Henrique Cardoso no ano de 1995, quando ocorreu a extinção do monopólio estatal, por meio de Emenda Constitucional. Neste mesmo ano o Governo Federal, através do Ministério das Comunicações, formulou o Paste – Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicação e do Sistema Postal que tinha como objetivo estabelecer metas para expansão do sistema de telecomunicação através de investimentos para o período de 1995 a 1999, com enlace até 2003. (Ministério das Comunicações. Paste – Edição 1997).

Os itens 1 e 2 a seguir são os principais pontos que fizeram com que a privatização da Telebrás fosse um sucesso (uma das maiores privatizações do mundo), segundo NOVAES (2001, p. 170-171), onde a venda das concessões do serviço celular serviu como experiência para o governo na preparação de um desafio maior, a privatização dos ativos da Telebrás.

1) Com a Lei nº 9.295, de 19 de julho de 1996 marca a abertura, a liberação do serviço celular.

O serviço celular brasileiro operava na frequência de 800 MHz, esta faixa de frequência foi dividida em duas partes: a Banda A, operada pelas empresas do Sistema Telebrás; e a Banda B, operada por empresas privadas em concorrência às empresas da Telebrás.

Os principais pontos da Lei Mínima do Celular e da regulamentação desta lei eram:

- a) dividir o país em 10 regiões para o serviço celular;
- b) propor a venda de concessões da chamada Banda B;
- c) propor a separação total das empresa de telefonia fixa e celular num prazo de dois anos;
- d) explicitar que só a partir do ano 2000, o governo começaria a licitar as banda de frequência correspondente ao PCS ( Personal Communication Systems).

A lei levou as operadoras locais da Telebrás a dividir a operação celular, o que ocorreu em março de 1998. Assim, em vez de existir uma operadora de telefonia em cada estado, havia no momento da privatização da Telebrás em 1998, duas empresas de telefonia em cada estado controladas pela Telebrás: uma para o serviço fixo e a outro para o serviço celular.

2) O governo promoveu um leilão da concessão do serviço móvel celular da Banda B, e para garantir a existência de um número razoável de novas operadoras, o edital de vendas dividia o país em dois grupos:

- 1) o primeiro englobava as regiões mais favorecidas economicamente;
- 2) o segundo englobava as regiões menos favorecidas economicamente.

Cada candidato à compra da concessão só poderia comprar uma empresa em cada um dos grupos. Além disso o edital exigia a presença de investidores estratégicos nos consórcios que concorriam às concessões com comprovada experiência na administração de empresas de telefonia celular, também limitava a participação de estrangeiros no capital volante em 49%, e por último o edital estabelecia as metas de atendimento das localidades em cada região.

A tabela-1 mostra a receita obtida pelo governo na venda das concessões da Banda B celular. Com a exceção da falta de interessados na concessão da região amazônica com preço mínimo de US\$ 180 milhões, o leilão da Banda B foi um grande sucesso para o governo e mostrou o alto interesse das operadoras estrangeiras no mercado de telefonia brasileiro. O ágio obtido no leilão atingiu 237% do preço mínimo. Chegou-se a pagar US\$ 156/ pop (população residente na área de concessão) pela concessão correspondente à região metropolitana de São Paulo. NOVAES (2001, p. 170–171)

**TABELA 1 - RESULTADO DO LEILÃO DA CONCESSÃO DA BANDA B**

Área	Consórcio vencedor	População(mil hões)	Oferta (US\$ Milhões)	Prêmio sobre preço mínimo (%)	US\$ Bid/ POP
1 São Paulo capital	BCP (Bell South, Splice, Oesp, Safra)	15,5	2.414,60	341,3	155,8
2 São Paulo interior	Telia, Eriline, Primav	18,56	1215,7	121,2	65,50
3 Rio de Janeiro e Espírito	Korea Telecom Mobile, Queiroz Galvão, Lightel	16,1	1.325,80	201,6	82,35
4 Minas Gerais	Stel, Vicunha, Globo, Bradesco	16,66	456,8	30,0	27,42
5 Paraná e Santa Catarina	DDI, Inepar, Motorola, Suzano	9,00	679,6	134,5	75,51
6 Rio Grande do Sul	Bell Canada e Fundos de pensão locais	9,95	293,3	1,4	29,49
7 Centro-Oeste	Bell Canada e Fundos de pensão locais	12,17	315,5	25,4	25,92
8 Amazônia	Sem proposta	13,75	n.d.	n.d.	n.d.
9 Bahia e Sergipe	Stel, Vicunha, Globo, Bradesco	14,15	228,1	8,7	16,12
10 Nordeste	BCP (Bell South, Splice, Oesp, Safra)	25,38	511,16	141,5	20,16
	<b>Total</b>	<b>151,22</b>	<b>7.441,00</b>	<b>236,7</b>	<b>49,21</b>

FONTE: BNDES

### 3.2.1. Agência Nacional de Telecomunicação - Anatel

A Anatel nasceu em 1997, quando o governo alegando uma pequena quantidade de investimento do setor público, e a necessidade em função da globalização, de uma economia cada vez mais competitiva, decide pela privatização da telefonia brasileira. A Anatel surge como uma agência reguladora, que entre outras funções, definiria as regras básicas do jogo e exercesse o papel de árbitro nas disputas entre diferentes agentes econômicos atuando no setor. “Assim, o artigo 8 da Lei Geral cria a Anatel”. A lei salvaguarda a flexibilidade administrativa e a independência financeira da agência reguladora:

- 1) permitindo uma contratação de pessoal mais flexível, de acordo com a Lei 8.745, de dezembro de 1993, não necessariamente por concurso público; as contratações da Anatel para obras e serviços de engenharia terão de seguir o procedimento de licitações públicas (Lei 8.666), mas para os demais casos a Anatel poderá adotar procedimentos próprios de contratação (artigos 10 e 58); e
- 2) garantindo os recursos suficientes para o funcionamento eficaz da Anatel, cujas receitas incluem as rendas provenientes do: a) produto da cobrança da concessão, permissão ou autorização para a exploração de serviços de telecomunicações; b) uso de radiofrequências; e c) produto da arrecadação das taxas de fiscalização, de instalação e de funcionamento destinado ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel). NOVAES (2001, p. 159).

A atividade da Anatel será condicionada juridicamente pelos princípios de legalidade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, igualdade, devido processo legal, moralidade e publicidade, sendo que suas principais funções são:

- representar o Brasil nos organismos internacionais de telecomunicações, sob a coordenação do Poder Executivo;
- implementar, em sua esfera de atribuições, a política nacional de telecomunicações;

- expedir normas quanto à outorga, prestação e fruição dos serviços de telecomunicações no regime público;
- editar atos de outorga e extinção de direito de exploração do serviços no regime público;
- celebrar e gerenciar contratos de concessão e fiscalizar a prestação do serviço no regime público, aplicando sanções e realizando intervenções;
- controlar, acompanhar e proceder à revisão de tarifas dos serviços prestados, podendo fixá-las nas condições previstas pela Lei, bem como homologar reajustes, (Revista Época, 27 de jul/98, p. 106 – 107).

A Anatel, como órgão regulador do Sistema Nacional de Telecomunicações, definiu como obrigações dos compradores o cumprimento das metas abaixo relacionadas:

- 1) Telefones fixos: existiam no Brasil em torno de 10 telefones para cada 100 habitantes e a meta era subir para 20 a 21 telefones por 100 habitantes em três anos e meio;
- 2) Telefonia móvel: as projeções foram de aumentar o número de celulares de 4 milhões, no final de 1997, para 13,5 milhões em dezembro de 2001;
- 3) Terminais públicos: número de aparelhos de uso público deve dobrar em quatro anos;
- 4) Instalação mais rápida: as filas na grandes cidades devem acabar e o prazo máximo para instalação de telefones também cairá, sendo que em 2000, deverá haver um telefone público a cada 800 metros;
- 5) Redução de tarifas: as operadoras devem reduzir os preços das ligações, a tarifação local deverá diminuir 4,9% entre 2001 e 2005;
- 6) Transição: a Anatel deu um prazo de 18 meses para que as telefônicas possam se adaptar às regras do novo sistema com as companhias estatais antes da privatização;
- 7) Qualidade: as telefônicas terão que prestar serviços com padrões internacionais. A partir do ano 2000, o usuário terá o sinal de discar no máximo em três segundos, em

98% das tentativas. A partir de 2001, em 99% das tentativas e, em 2004, a meta é que o tom de discar seja conseguido em 99,5% das tentativas;

- 8) Competição: a partir de 30 de julho de 1998, a Anatel dará início à licitação das empresas-espelhos, que vão competir diretamente com as três holdings regionais de telefonia fixas e a Embratel. (Gazeta do Povo, Curitiba, 30 jul/ 98, p.28 e Revista Época, 27 de jul/98. P. 106 e 107).

### 3.2.2. Telebrás

A Telebrás, foi criada como uma empresa holding (em 1972) cuja finalidade era controlar uma operadora em cada estado da federação, além da Embratel, tinha entre suas atribuições, de acordo com a lei que a criou (Lei nº 5.729):

- a) gerir a participação acionária da União nas operadoras; e
- b) captar recursos nos mercados de capitais externo e interno a serem transferidos às subsidiárias para a execução de projetos aprovados pelo Ministério da Telecomunicações, NOVAES (2001, p. 150).

A privatização feita no governo do então presidente da república FHC fez parte de um processo de reordenamento do papel do Estado para deixar de lado as funções de empresário e passar a exercer as atividades de regulador e fiscalizador, propiciando condições para a viabilização das inversões privadas, LOURENÇO (1998, p. 76).

Segundo NOVAES (2001, p. 164-166), o que se parecia impossível nos anos 90, a privatização da Telebrás se concretizou em 29 de junho de 1998 através de um leilão pela Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, perto das eleições para presidente de outubro de 1998. Com o leilão o governo arrecadou US\$ 19 bilhões pela venda de 51,79% das ações com direito a voto da Telebrás (correspondendo a 19,26% do capital total da empresa), resultando em uma das maiores privatizações da América Latina. Nessa época a Telebrás era composta por 12 companhias, essas companhias foram divididas em 3 grupos:

Grupo 1: telefonia fixa mais a telefonia de longa distância (Telesp, Tele Norte- Leste, Tele Centro- Sul e Embratel);

Grupo 2: telefonia celular nas áreas mais favorecidas economicamente (Telesp Celular, Tele Sudeste Celular. Tele Sul Celular e Teleming Celular); e

Grupo 3: telefonia celular na áreas menos favorecidas economicamente (Tele Leste Celular, Tele Nordeste Celular. Tele Norte Celular e Tele Centro- Oeste Celular).

No leilão governo impôs restrição à participação de estrangeiros no capital, onde apenas uma empresa em cada um dos grupos poderia ser adquirida pelo mesmo controlador.

O pagamento pela compra das empresas foi feita em três parcelas, onde a primeira de 40% do valor, foi no ato da venda e mais duas parcelas de 30% em 12 e 24 meses, corridas pela inflação, mais juros de 12% ao ano.

c) O leilão foi marcado pela disposição de compra da Telefónica (Espanha) e da Portugal Telecom e pela ausencia de ultima hora da Bell South. A americana MCI ficou com a Embratel. NOVAES (2001, p. 172).

As empresas estrangeiras ficaram com (3,2%) do mercado de telefonia fixa e com 79,4% das linhas celulares do País. A Telefónica (Espanha) passa a controlar a Telesp (53%), a Tele Sudeste Celular (51%), a Tele Leste Celular e a CRT (81%). A Portugal Telecom passa a controlar a Telesp Celular, parte da Telesp e da CRT (23%). A Telecom Italia ficou com a Telecelular Sul, com a Tele Nordeste e com (51,8%) da Tele Centro- Sul, (A política de Telecomunicações,1999).

**TABELA 2 - RESULTADO DO LEILÃO DA TELEBRÁS**

Empresa	Consórcio vencedor	Linhas 1998	População (milhão)	Preço mínimo(US\$ milhões)	Preço obtido no leilão (US\$ milhões)	Ágio (%)
Telesp	Telefónica de Espanã, Portugal Telecom, RBS, Iberdrola, BBV	6.102	34.564	3.028	4.974	64,3
Tele Norte-Leste	Andrade Gutierrez, La Fonte, Inepar, Macal, companhias de seguro locais	7.671	89.441	2.924	2.954	1
Tele Centro-Sul	Telecom Italia, Algar, Opportunity, Splice	3.704	27.189	1.677	1.780	6,2
<b>Subtotal telefonia fixa</b>		<b>17.477</b>	<b>151.194</b>	<b>7.629</b>	<b>9.708</b>	<b>27,2</b>
Telesp Celular	Portugal Telecom	1.637	34.564	946	3.086	226,2
Tele Sudeste Celular	Telefónica de Espanã, Iberdrola, NTT, Itochu	798	16.633	490	1.170	138,6
Teleming Celular	Telesystem, fundos de pensão locais, Opportunity	537	17.109	198	650	228,7
Tele Sul Celular	Telecom Italia, Globopar, Bradesco	562	14.587	198	602	204,3
Tele Centro Celular	Splice	495	12.602	198	378	91,3
Tele Nordeste Celular	Telecom Italia, Globopar, Bradesco	572	26.239	194	568	193,3
Tele Leste Celular	Telefónica de Espanã, Iberdrola	298	14.536	108	348	224
Tele Norte Celular	Telesystem, fundos de pensão locais, Opportunity	263	14.924	77	162	108,9
<b>Subtotal telefonia celular</b>		<b>5.162</b>	<b>151.194</b>	<b>2.408</b>	<b>6.965</b>	<b>189,2</b>
Embratel	MCI			1.548	2.279	47,2
<b>Telebrás</b>		<b>22.639</b>	<b>151.194</b>	<b>11.586</b>	<b>18.952</b>	<b>63,6</b>

Fonte: BNDES

### 3.2.3. Pós Privatização – (Opiniões sobre a venda da Telebrás).

Com a privatização das telecomunicações em 1998, houveram varias opiniões a respeito do fato ocorrido, a favor e contra. Segue-se abaixo quatro opiniões de políticos a respeito da privatização:

- ↘ José Serra (2002) ex-Ministro da Saúde (governo FHC), afirmou que o presidente pode privatizar empresas que consumiam recursos públicos e, ainda assim, não prestavam serviços de qualidade à população. Na época do monopólio das telecomunicações, o telefone era artigo de luxo. Com investimentos privados, o telefone fixo se popularizou, o número de celulares multiplicou-se por dez. No setor do petróleo, o Brasil está prestes a atingir a auto-suficiência na produção, graças ao reforço dos investimentos privados. “O Estado ficou mais enxuto, mais magro e musculoso. Deixou de ser investidor, para ser normatizador e regulador da atividade econômica. E pode concentrar esforços e recursos financeiros em suas atividades específicas: a educação, a saúde e a proteção social”, LOPES (2001).
- ↘ Luis Carlos Mendonça de Barros , ex-Ministro das Telecomunicações, disse que o leilão da Telebrás seria bom para o consumidor, a privatização seria uma das maiores do mundo. “Só existe fila de telefone porque a empresa é pública. Com a privatização a população cobra mais”. O ex-Ministro diz ainda: “a questão é que, quando se privatiza, não só a redução de dívida gerada pelo dinheiro. Ao privatizar, os investimentos não são mais de responsabilidade do Estado. A privatização é para isso: a população cobra, a imprensa repercute e o governo age”. Barros fala: “com a concorrência, a outra empresa fala: vem para cá que eu tenho serviço melhor”, OTHERO (1998).
- ↘ O ex-presidente da República, SARNEY (1998), condenou, a entrega da Telebrás ao cartel estrangeiro da telefonia: "cá para mim, nenhum país do mundo abriu mão da totalidade do controle de suas empresas", e questionou "quem vai controlar essas empresas? A Anatel? Mas a Anatel ainda nem existe. A verdade é que quem compra será o dono da empresa. São gigantes internacionais, incontroláveis, que se estão fundindo para chegar ao estágio de monopólio. Farão tudo com um único objetivo: o lucro". Sarney também comentou: "Conheci, hoje, o milagre do tempo. Amanheci jovem, estudante do Liceu Maranhense. Naquela época, a companhia de eletricidade de São Luís era a americana Ulen Company, o telégrafo, Western Telegraph, os bondes eram também da Ulen; no Rio, a energia era da Light e em tudo havia nomes estrangeiros, inclusive nas telefônicas", afirmou Sarney. "Depois,

os investidores recuperaram seu capital inicial, deixaram de investir, ficaram mamando os lucros e os serviços acabaram", denunciou Sarney, e acrescentou: "o governo teve que intervir. Criou companhias que colocaram o Brasil na chamada modernidade". "Vieram-me os cabelos brancos, e os nomes desse tempo eram Telebrás, Embratel. Telma, Eletrobrás, Petrobrás", lembrou. "Agora, quando todos dizem que estamos no futuro, tenho a sensação de que volto ao passado", ressaltou. "Acordo e, como em minha mocidade, vejo novamente nomes estrangeiros. A Light é Light, a Embratel é MCI, Ozires agora é Jerry DeMartino, que esmagou a Globopar, o Bradesco e os tupiniquins. A Telesp é Telefônica de Espanha, a Telebrasiléia é Telecom Itália", afirmou. "Tudo isso paga quatro meses de juros da dívida brasileira", afirmou Sarney, sobre a decisão do governo de torrar a Telebrás por uma mixórdia para pagar os juros da dívida. "Não sou contra o capital estrangeiro. Sou contra o seu domínio completo", afirmou Sarney. Para ele, "o capital nacional deveria estar presente com grande peso". "O erro foi permitir 100% de capital estrangeiro. É o que se chama abertura selvagem, que começou em 1990", denunciou. Sarney lembrou ainda que "quando o capital investido começar a retornar, os lucros e royalties também, estaremos definitivamente condenados a um estágio de colônia, pagando dívidas incomensuráveis", e concluiu: "é o futuro? Não, é o passado".

- ↳ GIMENEZ (1998) que era deputado estadual e presidente do PMDB do Estado de São Paulo no ano da venda da telecomunicação diz: "A privatização da Telebrás tira a telefonia do monopólio estatal e passa para o monopólio privado estrangeiro", denunciou o deputado. Acrescentando que agora a população "ficou obrigada a comprar o serviço da empresa" que monopoliza a área. Jaime Gimenez, condenou a entrega das telecomunicações às empresas estrangeiras e a maneira como foi montada: "foi feita às pressas, sem nenhum debate com a sociedade", e afirmou que "o valor das empresas foi subestimado só para dizer que o ágio foi muito grande". Sobre a perda da soberania nacional no ramo, Gimenez comentou que "assim como perdemos a soberania do nosso subsolo e das energéticas, perdemos agora o controle sobre a telecomunicação", e que essa atitude do governo federal "mostra

claramente a política de entregar o país para o capital estrangeiro, e de nos colocar nas mãos do grande capital financeiro internacional”.

#### **4. PASTE - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES E DO SISTEMA POSTAL.**

Segundo PIZARRO (2000) há alguns anos atrás chegou-se a comprar uma linha telefônica nos grandes centros urbanos brasileiros por preços que chegavam a US\$ 5 mil. Quem não queria pagar, tinha de entrar em uma fila de espera sem fim. A especulação com telefones alcançava status de negócio institucionalizado e as empresas intermediárias de compra, venda e aluguel proliferavam.

Essa época passou, mas o Brasil ainda possui uma teledensidade baixa (menos de 14 telefones por 100 habitantes no ano de 2000).

Através do PASTE o governo estabeleceu metas para expansão do sistema de telecomunicações, após a abertura do mercado brasileiro de telecomunicações, que ocorreu no ano de 1995. Ele tinha como objetivo : a) fortalecer o papel regulador do Estado e eliminar seu papel de empresário; b) aumentar e melhorar a oferta de serviços; c) em ambiente competitivo, criar oportunidades atraentes de investimento, desenvolvimento tecnológico e industrial; d) criar condições para que o desenvolvimento do setor fosse harmônico com as metas de desenvolvimento social do Estado; e) maximizar o valor de venda das empresas federais de telecomunicações sem prejudicar os objetivos anteriores.

Na tabela que segue, tabela 3, é exposto o Plano de Investimento em Telecomunicações de 1995 até 2003.

**TABELA 3 - PLANO DE INVESTIMENTOS EM TELECOMUNICAÇÕES**

PROGRAMA	R\$ Bilhões							
	1995	1996	1997	1998	1999	1995-1999	2000-2003	TOTAL
Redes de acesso	1,53	2,73	3,50	3,00	2,65	13,41	9,30	22,71
Redes de interligação	0,84	1,38	2,16	2,12	2,11	8,61	9,15	17,76
Redes básicas	1,77	2,96	4,96	4,58	4,38	18,65	18,51	37,16
Redes especializadas	0,37	0,64	1,33	1,19	1,11	4,64	4,07	8,71
Sist. Integrado de operação e apoio	0,21	0,37	0,59	0,55	0,53	2,25	2,16	4,41
<b>TOTAL</b>	<b>4,72</b>	<b>8,08</b>	<b>12,54</b>	<b>11,44</b>	<b>10,78</b>	<b>47,56</b>	<b>43,19</b>	<b>90,75</b>

Fonte: Ministério da Comunicações. Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal – Paste, 1997, p.86.

A tabela demonstra que as redes de acesso de 95 a 2003 chegariam a 22,71 bilhões de reais em investimentos. Sendo que o setor de Redes básicas- teria o maior investimento 18,65 bilhões de reais durante os quatro primeiros anos de 95 a 99. E o plano que menos cresceria segundo o Paste seria o Sistema integrado de operações e apoio cerca de 550 milhões de reais ao ano.

**TABELA 4 - METAS DOS INVESTIMENTOS EM TELECOMUNICAÇÕES (METAS DOS SERVIÇOS).**

(valores acumulados em milhões)

PROGRAMA	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2003	Variação (%) (1999 – 2003)
Telefonia fixa (terminais instalados)	13,3	14,6	16,5	19,5	22,7	26,0	40,0	53
Telefonia móvel (acesso em serviço)	0,6	1,4	2,7	6,0	9,1	12,0	23,0	92
Serviço Público de Mensagem (caixa de voz)	0,1	0,4	0,8	2,4	4,1	5,7	12,6	121
Telefonia de uso público (telefones)	0,3	0,4	0,4	0,6	0,7	0,9	1,8	107
Comunicação de dados (usuários)	1,0	1,5	2,5	3,8	5,4	7,4	20,0	172
TV por assinatura (assinantes)	0,2	0,9	1,8	3,5	5,7	7,0	16,5	136
Radio chamada (paging assinantes)	0,2	0,4	0,8	1,2	1,8	2,7	6,5	141
Trunking (acessos)	0,1	0,1	0,1	0,2	0,4	0,5	1,2	130

Fonte: Ministério da Comunicações. Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal – Paste, 1997, p. 73. Cálculos na tabela acrescentada pela autora.

Na telefonia fixa em 1994 existiam apenas, 13,3 milhões de telefones em operação. A previsão do Paste era de que, ao final de 1999, haveria 26 milhões de telefones instalados e até 2003 seriam alcançados 40 milhões de telefones.

Na telefonia móvel, eram 600 mil de acesso em serviços em 1994 e 23 milhões de acesso em serviços em 2003. Todos os setores tinham previsão para o crescimento, principalmente pela pretensão da privatização, que viria a ocorrer no ano de 98.

No período compreendido entre 1999 e 2003, o programa que mais cresceria em questão de porcentagem seria a Comunicação de dados (usuários) 172%, e o que menos cresceria seria a telefonia fixa apenas 53%.

#### **4.1. Plano Geral de Outorgas (PGO)**

O Plano Geral de Outorgas foi aprovado pelo decreto n.º 2.534, de 02 de abril de 1998, após a desestatização do Sistema Telebrás.

O Plano estabeleceu a divisão do país em quatro Regiões, I,II,III e IV e 35 setores para a exploração do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC. Onde as Regiões I, II e III são divididas em setores e cada região tem um prestador autorizado a exploração do serviço local e do serviço de longa distância nacional de âmbito intra-regional. Já a Região IV tem autorização para exploração do serviço de longa distância nacional de qualquer âmbito e do serviço de longa distância internacional.

O Plano de Outorgas definiu que após o dia 31 de dezembro de 2001, não existiria qualquer limite ao número de prestadores do serviço de telefonia fixa, não cabendo assim o direito de exclusividade na prestação do serviço pelas operadoras.

As principais operadoras atuantes nas Regiões I,II III e IV são: Telemar, Brasil Telecom, Telefônica e a Embratel, e empresas competidoras – Vésper S.A., Vésper SP, Global Village Telecom e a Intelig., respectivamente. A Vésper e a Vésper-SP, que têm os mesmos sócios, entraram em operação em jan/00, e a Global Village Telecom

entrou em operação em 2000. A GVT atua na Região II e a Intelig é o competidora direta da Embratel, ela é atuante no serviço de longa distância nacional e internacional.

Os setores e a empresas concessionárias que tiveram autorização para atuar na telefonia fixa são:

#### Região I –

1- Rio de Janeiro (Telerj), 2- Minas Gerais (Telemig), 3- Minas Gerais (CTBC Telecom), 4- Espírito Santo (Telest), 5- Bahia (Telebahia), 6- Sergipe (Telergipe), 7- Alagoas (Telasa), 8- Pernambuco (Telpe), 9- Paraíba (Telpa), 10- Rio Grande do Norte (Telern), 11- Ceará (teleceará), 12- Piauí (Telepisa), 13- Maranhão (Telma), 14- Pará (Telepará), 15- Amapá (Teleamapá), 16- Amazonas (Telamazon) e 17- Roraima (Telaima).

#### Região II –

18- Santa Catarina (Telesc), 19- Paraná (Telepar), 20- Paraná ( Sercomtel), 21- Mato Grosso do Sul (Telems), 22- Mato Grosso (CTBC Telecom), 23- Mato Grosso (Telemat), 24- Tocantins e Goiás (Telegoiás), 25- Goiás (CTBC Telecom), 26- Distrito Federal ( Telebrasilía), 27- Rondônia ( Teleron), 28- Acre (Teleacre), 29- Rio Grande do Sul (CRT), 30- Rio Grande do Sul (CTMR).

#### Região III –

31- São Paulo (Telesp), 32- São Paulo (Ceterp), 33- São Paulo (CTBC Telecom), 34- São Paulo (CTBC – Borda do Campo).

#### Região IV-

35- Embratel -Empresa Brasileira de Telecomunicações SA. assume a prestação de serviços nos 35 setores, em todo o território nacional, fornecendo serviços de longa distância nacional e longa distância internacional.

#### **4.2. Plano Geral de Metas para a Universalização de Serviço Prestado no Regime Público - e - Plano Geral de Metas de Qualidade para o Serviço Telefônico Fixo Comutado**

O Plano Geral de Metas para Qualidade – PGMQ e o Plano Geral de Metas para a Universalização – PGMU, foram condições exigidas pelo governo para que as empresas privadas pudessem explorar os serviços de telefonia.

##### **4.2.1. O Plano Geral de Metas para a Universalização de Serviço Prestado no Regime Público**

Foi implantado em 15 de maio de 1998 através do Decreto nº 2.592, ele substituiu o Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal- PASTE.

A proposta do PGMU, constituiu-se em mais um passo no estabelecimento de objetivos e metas a serem alcançados dentro do novo modelo do setor, em que o Estado deixa o papel de empresário para assumir o papel de regulador. À medida que a livre competição venha a ser uma realidade, o estabelecimento de regras claras que preservem o nível dos serviços prestados à sociedade, tanto qualitativa quanto quantitativamente, torna-se fundamental.

O Plano pretendia dissipar telefones fixos e públicos por todo o país, não levando em consideração a localização e condições sócio-econômica dos usuários.

O decreto do PMGU é composto por quatro capítulos, onde se pode encontrar informações tais como:

As Metas de Universalização para Acessos Instalados e Telefones de uso Público em mil de 1999 à 2001, para toda a região do Brasil, eram:

**TABELA 5 - PLANO GERAL DE METAS PARA UNIVERASALIZAÇÃO DO SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO E PLANO GERAL DE METAS DE QUALIDADE PARA O SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO** (em mil)

INDICADORES	ANO		
	1999	2000	2001
<b>ACESSOS INSTALADOS</b>	25.100	29.000	33.000
<b>TELEFONES DE USO PÚBLICO</b>	713,20	835,00	981,30

FONTE: ANATEL

O plano exigia que qualquer pessoa tivesse acesso gratuito ao serviço de emergência, tornado também o acesso disponível para estabelecimentos de ensino regular e instituições de saúde.

Sobre os telefones públicos, o plano exigia das concessionárias que nenhuma localidade de baixo poder aquisitivo ficasse com menos de três telefones por grupo de mil habitantes, e que até 31 de dezembro de 1999, toda pessoa, para ter acesso ao telefone público não precisaria se deslocar por mais de 300 metros, onde os telefones deveriam ser instalados em lugares acessíveis.

Nas localidades com mais de cem habitantes, que não tivesse sido atendidas pelo serviço fixo comutado, deveriam receber das concessionárias telefones de uso público acessíveis 24 horas por dia capazes de fazer e receber chamadas de longa distância nacional e internacional.

#### 4.2.2. Plano Geral de Metas de Qualidade para o Serviço Telefônico Fixo Comutado

O Plano foi implantado no mês de julho de 1998, ele estabeleceu as metas de qualidade a serem cumpridas pelas operadoras do STFC, em regime público ou privado, tendo como referência as necessidades e interesses dos usuários. Essas

metas poderiam ser aplicadas por região, estado, localidade ou área de operação. O PGMQ é formado por 13 capítulos e existindo 35 metas, onde serão apresentados neste trabalho 4 metas de qualidade, sendo elas:

1- Metas de qualidade do serviço - a obtenção do sinal de discar no período de maior movimento(período matutino - das 9:00 horas às 11:00 horas; período vespertino - das 14:00 horas às 16:00 horas e período noturno - das 20:00 horas às 22:00 horas) deveria ser em até 3 segundos em 98% dos casos.

2- Metas de atendimento às solicitações de reparo – o número de solicitações de reparo por 100 acessos em serviços, não deveria exceder a:

- a) 3,0 solicitações, a partir de 31/12/1999;
- b) 2,5 solicitações, a partir de 31/12/2001;
- c) 2,0 solicitações, a partir de 31/12/2003;
- d) 1,5 solicitações, a partir de 31/12/2005.

3- Metas de atendimento às solicitações de reparo – o número de solicitações de reparo de TUP por 100 telefones em serviços, não deveria exceder a:

- a) 15 solicitações, a partir de 31/12/1999;
- b) 12 solicitações, a partir de 31/12/2001;
- c) 10 solicitações, a partir de 31/12/2003;
- d) 8 solicitações, a partir de 31/12/2005.

4- Metas de Modernização de rede – essa meta expressa as exigências de padrões técnicos. A taxa de digitalização da rede expressa a modernidade da planta instalada onde deveria ser implantado pelas concessionárias da seguinte forma:

- a) 75%, a partir de 31/12/1999;
- b) 85%, a partir de 31/12/2001;
- c) 95%, a partir de 31/12/2003;
- d) 99%, a partir de 31/12/2005.

### 4.3. Verificação do Cumprimento das Metas

A Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) é a responsável pela fiscalização sobre as metas de universalização e qualidade das operadoras, ocorrendo em várias etapas. Quando uma operadora não cumpre uma determinada meta, a própria empresa informa a agência do fato. Ou então são os técnicos da Anatel que verificam o não cumprimento da obrigação (os custos relacionados ao cumprimento das metas são de responsabilidade das concessionárias). A partir daí, a Anatel abre um Pado (Processo Administrativo de Desempenho Operacional), que dá direito à companhia justificar o porquê não atingiu a meta determinada e o que está fazendo para melhorar o serviço. Caso a Anatel e a operadora não cheguem a um entendimento, a agência pode emitir então uma advertência para a empresa. Se a situação não melhorar, os técnicos têm a opção então de emitir uma multa, podendo chegar a R\$ 40 milhões, VARGA (2002).

A Anatel estabeleceu um prêmio para as companhias que antecipassem o cumprimento das metas. Quem cumprisse até dezembro 2001 as metas de 2003 poderia atuar além de sua atual área de concessão a partir de janeiro do ano de 2002 onde as empresas aumentariam suas escalas, garantindo uma maior rentabilidade. "O que ampliará a competição, fato que possivelmente induzirá à incorporação de novas empresas", Anatel(2001).

O desenvolvimento do ramo de telecomunicações no Brasil pós-privatização vem se dando em ritmo acelerado, podendo-se verificar progressos expressivos, tanto em expansão da planta como em ganhos de qualidade nos serviços.

Serão apresentados a seguir em tabelas, as metas de universalização e qualidades, (período de julho de 1998 até setembro de 2003). As tabelas dos anos 98 e 99, são protocolos divulgados pela Anatel das quatro regiões de telefonia fixa do

Brasil. Esse acompanhamento mensal dos protocolos são compromissos firmados entre a Anatel e as empresas de telefonia, onde os números são fornecidos pelas empresas, ele não têm valor legal, já que segundo os contratos de concessão que regem a prestação de serviços, as metas são anuais. A partir do ano de 2000, a Anatel apresenta estas duas metas (qualidade e universalização) em tabelas separadas. Onde a meta de universalização de cada região, possui dois indicadores a ser atingidos, o primeiro seria a quantidade de acessos fixos instalados e o segundo a quantidade de telefones de uso público em serviço. Com relação à qualidade do serviço na telefonia fixa, as tabelas mostram vários itens a serem cumpridos pelas operadoras.

#### 4.3.1. Protocolo de compromisso de 98 à 99 e Indicadores do Plano Geral de Metas de Universalização e Metas de Qualidade de 2000 à 2003.

Serão apresentados abaixo tabelas de indicadores de universalização e qualidade, que darão uma idéia visual do desempenho das operadoras. No ano de 2003 serão analisados os nove primeiros meses (de janeiro a setembro), os últimos três meses não serão apresentados, devido a não divulgação dos dados pela Anatel.

No protocolo de compromisso, a letra **C** representa o compromisso que as operadoras possuíam com a agência (Anatel). A letra **R**, são as metas realizadas.

TABELA 6 – PROTOCOLO DE COMPROMISSO 1998 - 1999

PROTOCOLO DE COMPROMISSO									
INDICADORES		1998			TOTAL - BRASIL	1999			TOTAL - BRASIL
		Região I	Região II	Região III		Região I	Região II	Região III	
Quantidade de acessos fixos comutados instalados	C	9027077	5849019	7022496	21898592	10589025	6522472	8171797	25283294
	R	9080072	5864531	7188041	22132644	10779633	7093897	9892334	27765864
Quantidade de telefones de uso público (TUP) em serviço	C	282478	135726	194464	612688	340726	156552	217843	715121
	R	270292	135639	183142	589.073	355744	162244	221999	739987
Taxa de obtenção do sinal de discar com tempo máximo de espera de 3s	C	97,49	98,22	98,3	98,00	98,2	98,16	98,03	98,13
	R	98,98	99,35	99,44	99,26	99,74	99,81	99,83	99,79
Número de solicitações de reparo por 100 acessos do STFC	C	4,28	4,56	3,14	3,99	3,00	3,00	2,98	2,99
	R	5,25	4,74	3,80	4,6	2,76	2,99	2,72	2,82
Número de solicitações de reparo de telefones de uso público (TUP) por 100 TUP em serviço	C	19,95	26,62	24,35	23,64	15,00	15,00	15,00	15,00
	R	20,21	24,54	18,61	21,12	11,95	13,25	10,98	12,06
Taxa de digitalização da rede local	C	72,05	74,5	68,82	71,79	79,51	80,61	75,02	78,38
	R	72,51	75,15	72,38	73,35	80,61	87,49	86,86	84,99

FONTE: ANATEL

A Embratel que é o setor 35, Região IV não tem a obrigação de cumprir a maioria das metas de qualidade como de universalização devido a não exigência para esta região, pois esta depende de linhas telefônicas já instaladas pela concessionárias para fazer seu trabalho. No ano de 99 a Embratel tinha um compromisso de instalar 45 telefones de uso público (TUP) mas essa meta não foi cumprida.

As tabelas de 7 a 10, são metas de universalização e qualidade, onde a fonte utilizada é a Anatel e os cálculos feitos pela autora. As metas a serem cumpridas está representada pela letra **M**, as metas realizadas é representada pela letra **R**, a sigla **NA**, significa não aplicável para a região.

**TABELA 7 – METAS DE UNIVERSALIZAÇÃO E QUALIDADE 2000**

<b>METAS DE UNIVERSALIZAÇÃO E QUALIDADE</b>						
<b>INDICADORES</b>		<b>2000</b>				
		<b>Região I</b>	<b>Região II</b>	<b>Região III</b>	<b>Região IV</b>	<b>TOTAL</b>
Quantidade de acessos fixos comutados instalados até dia 31 de dezembro de 2000.	M	13.852.421	7.235.000	10.145.800	NA	31.233.221
	R	15.603.367	9.147.359	13.589.383	NA	38.340.109
Quantidade de telefones de uso público (TUP) em serviço até dia 31 de dezembro de 2000.	M	407.500	184.610	242.900	NA	835.010
	R	436.161	222.492	250.833	61	909.547
Taxa de obtenção do sinal de discar com tempo máximo de espera de 3 segundos, matutino, vespertino e noturno.	M	98%	98%	98%	NA	98%
	R	99,73%	99,87%	99,90%	NA	99,83%
Número de solicitações de reparo por 100 acessos do STFC.	M	3	3	3	NA	3
	R	3,47	2,69	2,62	NA	2,93
Número de solicitações de reparo de telefones de uso público (TUP) por 100 TUP em serviço	M	15	15	15	15	15
	R	13,74	12,74	11,11	2,20	9,95
Taxa de digitalização da rede local	M	75%	75%	75%	NA	75%
	R	86,52%	89,73%	90,51%	NA	88,92%

FONTE: ANATEL

**TABELA 8 – METAS DE UNIVERSALIZAÇÃO E QUALIDADE 2001**

<b>METAS DE UNIVERSALIZAÇÃO E QUALIDADE</b>						
<b>INDICADORES</b>		<b>2001</b>				
		<b>Região I</b>	<b>Região II</b>	<b>Região III</b>	<b>Região IV</b>	<b>TOTAL</b>
Quantidade de acessos fixos comutados instalados até dia 31 de dezembro de 2000.	M	17.526.588	9.114.962	12.862.325	NA	39.503.875
	R	21.957.944	11.148.974	14.680.943	NA	47.787.861
Quantidade de telefones de uso público (TUP) em serviço até dia 31 de dezembro de 2000.	M	490.700	219.300	271.300	NA	981.300
	R	737.957	291.102	348.567	1.098	1.378.724
Taxa de obtenção do sinal de discar com tempo máximo de espera de 3 segundos, matutino, vespertino e noturno.	M	98%	98%	98%	NA	98%
	R	99,72%	99,94%	99,85%	NA	99,84%
Número de solicitações de reparo por 100 acessos do STFC.	M	3	3	3	NA	3
	R	3,59	2,74	3,17	NA	3,17
Número de solicitações de reparo de telefones de uso público (TUP) por 100 TUP em serviço.	M	15	15	15	15	15
	R	10,01	11,18	9,11	10,25	10,14
Taxa de digitalização da rede local	M	75%	75%	75%	NA	75%
	R	95,33%	95,75%	95,04%	NA	95,37%

FONTE: ANATEL

**TABELA 9 – METAS DE UNIVERSALIZAÇÃO E QUALIDADE 2002**

<b>METAS DE UNIVERSALIZAÇÃO E QUALIDADE</b>						
<b>INDICADORES</b>		<b>2002</b>				
		Região I	Região II	Região III	Região IV	<b>TOTAL</b>
Quantidade de acessos fixos comutados instalados até dia 31 de dezembro de 2000.	M	17.526.588	9.114.962	12.862.325	NA	39.503.875
	R	22.755.623	11.723.689	14.754.000	NA	49.233.312
Quantidade de telefones de uso público (TUP) em serviço até dia 31 de dezembro de 2000.	M	490.700	219.300	271.300	NA	981.300
	R	731.076	298.718	337.141	1.241	1.368.176
Taxa de obtenção do sinal de discar com tempo máximo de espera de 3 segundos, matutino, vespertino e noturno.	M	98%	98%	98%	NA	98%
	R	99,77%	99,95%	99,92%	NA	99,88%
Número de solicitações de reparo por 100 acessos do STFC.	M	2,5	2,5	2,5	NA	2,5
	R	4,95	2,03	1,77	NA	2,92
Número de solicitações de reparo de telefones de uso público (TUP) por 100 TUP em serviço.	M	12	12	12	12	12
	R	10,67	8,48	7,26	12,59	9,75
Taxa de digitalização da rede local.	M	85%	85%	85%	NA	85%
	R	98,17%	98,63%	96,55%	NA	97,78%

FONTE: ANATEL

**TABELA 10 – METAS DE UNIVERSALIZAÇÃO E QUALIDADE 2003**

<b>METAS DE UNIVERSALIZAÇÃO E QUALIDADE</b>						
<b>INDICADORES</b>		<b>2003</b>				
		Região I	Região II	Região III	Região IV	TOTAL
Quantidade de acessos fixos comutados instalados até dia 31 de dezembro de 2000.	M	17.526.588	9.144.962	12.862.325	NA	39.503.875
	R	22.737.430	11.894.543	14.790.135	NA	49.422.108
Quantidade de telefones de uso público (TUP) em serviço até dia 31 de dezembro de 2000.	M	490.700	219.300	271.300	NA	981.300
	R	685.484	302.323	337.232	1.374	1.326.413
Taxa de obtenção do sinal de discar com tempo máximo de espera de 3 segundos, matutino, vespertino e noturno.	M	98%	98%	98%	NA	98%
	R	99,71%	99,96%	99,96%	NA	99,88%
Número de solicitações de reparo por 100 acessos do STFC.	M	2,5	2,5	2,5	NA	2,5
	R	2,64	1,65	1,45	NA	1,91
Número de solicitações de reparo de telefones de uso público (TUP) por 100 TUP em serviço.	M	12	12	12	12	12
	R	8,45	9,56	7,37	11,15	9,13
Taxa de digitalização da rede local	M	85%	85%	85%	NA	85%
	R	98,83%	99,04%	97,23%	NA	98,30%

FONTE: ANATEL

Com base nos dados fornecidos pela Anatel, será descrito abaixo o cumprimento ou não das meta de universalização e qualidade, período de 2000 a 2003. Será possível verificar divergências de informações entre a agência – Anatel, e periódicos publicados sobre o assunto

#### 1) Dados fornecidos pela Anatel sobre o cumprimento de metas

Pode-se ver nas tabelas 6-10 que as metas de quantidades de acesso fixo comutado instalados de julho de 1998 à setembro de 2003 foram cumpridas por todas as regiões (I, II e III), onde cada região possui sua própria meta.

Os indicadores apontam que em dezembro de 2000, foram alcançadas 82% das metas, um salto que pode ser considerado expressivo, pelo curto espaço de tempo de dois anos e meio passados da privatização, Anatel( 22/01/2001).

A telefonia fixa, encerrou o ano de 2001 com 47,8 milhões de acessos instalados. Desses quase 48 milhões de terminais, 46% estão na Região I, formada por estados do Sudeste, do Nordeste e pela maioria dos estados do Norte; 23% na Região II, que abrange os estados do Centro - Oeste, do Sul e dois estados do Norte; e 31% na Região III, que corresponde ao Estado de São Paulo. Isso significa que quanto maior a quantidade de telefones instalados por regiões, uma maior camada da população mais pobre do país, terá acesso ao telefone, Anatel (17/01/2002).

A telefonia fixa brasileira não esteve voltada apenas para os assinantes que têm possibilidade de ter telefone em casa. Ela atentou também, para a questão dos telefones públicos, instrumento de cidadania e de inserção, no segmento de comunicações, de uma importante parcela da sociedade brasileira. A atenção dada pelo PGMU aos telefones públicos foi muito forte, Anatel (17/01/2002).

O Brasil somente não alcançou as metas de telefones públicos em serviço por cinco meses de julho de 1998 à dezembro do mesmo ano. Mas nos outros anos, até 2003, as metas exigidas pela Anatel nas três regiões, foram cumpridas.

Em 2000, chegou-se a 909,5 mil aparelhos instalados, 28,6% a mais que em 1999, encerrado com 740 mil TUPs instalados, Anatel (22/1/2001). A Região II, que tem como sua principal operadora, a Brasil Telecom, apresentou um bom desempenho neste ano, uma média de 184.716 mil telefones instalados ao mês.

Um dos grandes problemas de descumprimentos de metas é a de atendimento às solicitações de reparo. A Região I (que tem sua principal operadora a Telemar) descumpriu metas no que se diz respeito a “taxa de solicitações de reparo por 100 (cem) acesso STFC (meta de 2,5 solicitações)”, no ano de 2002, o mês que a região conseguiu uma taxa mais baixa, atingiu 4,11 solicitações de reparos, em março, a Região I fez com que aumentasse a média nacional, chegando a 2,92%, sendo que a região só conseguiu cumprir o protocolo de compromisso em 1999. Já as Regiões II e

III tiveram um melhor desempenho no cumprimento dessa meta, a Região II, somente não cumpriu com o protocolo de compromisso em 1998.

Sobre o número de solicitações de reparo de telefones de uso público (TUP) por 100 em serviço, anualmente as regiões cumpriram suas metas, que a princípio eram de 15 solicitações em 2000 e 2001 e 12 solicitações em 2002 e 2003.

A taxa de obtenção do sinal ao discar com tempo máximo de 3 segundos, foram cumpridos por todas as regiões pelos seis anos analisados.

A taxa de digitalização, é o que permite que o Brasil tenha uma rede de telecomunicações extremamente moderna e, sob o ponto de vista tecnológico, comparável às redes de telecomunicações de qualquer país do mundo. A taxa de digitalização da rede local superou todas as expectativas e projeções. A previsão, feita quando foram assinados os contratos de concessão, em 1998, era chegar a 75% de digitalização em 2000, mas o ano encerrou com 92,5%.

A obrigação das empresas para 2001 eram alcançar 75% a mesma que o ano de 2000. Cerca de 97% dos telefones existentes, hoje, no Brasil usam tecnologia digital.

Referente as metas de modernização de rede, todas as regiões atingiram uma média de 89,78% ao ano (período de 6 anos).

Pode-se dizer que as empresas estão, portanto, não só expandindo as plantas de telecomunicações, adotando tecnologias mais modernas, mas também substituindo equipamentos obsoletos por mais avançados. A digitalização da planta também vem evoluindo rapidamente, motivada não só por exigência da Anatel, como pelo interesse em oferecer serviços mais sofisticados aumentando assim a rentabilidade das empresas.

## 2) Informações publicadas por periódicos sobre o cumprimento de metas -

Segundo SILVEIRA da revista eletrônica IDG NOW (2001), informou que a Telefônica (que cobre a Região III, São Paulo) recebeu em 2001 a certificação da Anatel dizendo que as metas de universalização para 2003 foram cumpridas antecipadamente. Mas o documento que atesta a antecipação de metas de

universalização de 2003 foi contestado pelo representante da prefeitura de Guarulhos (SP), Reginaldo Araújo Sena. Segundo Sena, em dez bairros da periferia de Guarulhos (Pimentas, Jardim Jacy, Vila Any, IV Centenário, Jardim Maria Helena, Cabuçu, Água Azul, Residencial Bambi, Recreio São Jorge e Parque Mikail) não houve a instalação de telefones públicos. Sena também diz que: em algumas localidades onde houve a instalação, os terminais públicos estão a mais de 300 metros de distância um do outro, não funcionam 24 horas e não permitem ligações de longa distância nacional e internacional. Sena afirma que a operadora só cumpriu essas metas no centro da cidade ou em bairros próximos ao Centro.

O jornal Folha de São Paulo publicou no dia 24/06/2002 p. B6 a informação de que as operadoras estão desrespeitando o padrão de qualidade exigido pela Anatel. A Folha diz que, um levantamento sobre a qualidade dos serviços em telecomunicações realizado pela consultoria Brisa, mostra que 11 das 35 metas de qualidade implantadas pela Anatel foram descumpridas sucessivamente ao logo dos meses de janeiro de 2001 até abril de 2002. As principais empresas atuantes no Brasil como Telemar, Telefônica e Embratel foram algumas das infratoras.

Essa pesquisa feita pela consultoria Brisa foi baseada em dados retirados da própria Anatel, disponível na internet. Com o resultado, metas muito importante, como o limite de três solicitações mensais de reparos para cada cem telefones, tem sido descumpridos. Somente 3 dos 16 meses pesquisado a média das operadoras ficou acima ou melhor que a meta estabelecida por este item.

A Anatel (Agencia Nacional de Telecomunicações) disse que as metas de universalização (instalações de telefones) de 2003, previstas nos contratos das operadoras de telefonia fixa e certificadas pela agencia ano passado, foram cumpridas. Mas segundo a reportagem de LOBATO do jornal Folha de São Paulo de 19/10/2003 as Teles não cumpriram suas metas de julho a agosto.

A Controladoria Geral da União (CGU) declarou que as Teles em 100 municípios fiscalizados, em 92 não atingiram as metas de universalização e qualidade no período de julho a agosto de 2003. Localidades estas atendidas pela Telemar, Telefônica e Brasil Telecom.

Os relatórios da Controladoria Geral da União, diz a Folha, colocam em dúvidas a fiscalização da Anatel, pois no ano de 2002, a Anatel antecipou o cumprimento das metas das empresas Telemar e Telefônica. A Brasil Telecom afirma ter cumprido as metas em fevereiro deste ano, mas a Anatel não confirmou as informações.

A auditoria encontrou orelhões com uma distância maior que a permitida em 16 dos 100 municípios fiscalizados. Um desses municípios é o Pau D` Arco, que fica no estado de Tocantins. O prefeito da cidade confirma que são poucos orelhões, diz que há grande quantidade em algumas regiões e poucas em outras, e que isso atrapalha a indústria do Turismo na cidade, deixando ainda a comunidade isolada.

A CGU afirma que também há descumprimento das metas de serviços gratuitos como a “emergência”. Esse problema foi encontrado em 8 municípios, 5 deles são de cobertura da Telemar e três da Brasil Telecom. Destes municípios citados estão Taipú (RN) e Castelo do Piauí (PI). Segundo informações do cabo Francisco Barbosa que trabalha em Taipú, as ligações para o prefixo 190 (da polícia) são atendidas na capital do Estado, Natal. A delegacia só atende ligações pela linha convencionada, ligações pagas.

Já em Castelo do Piauí o assessor da prefeitura Antonio Clotildes Filho diz que as ligações são atendidas por mensagens eletrônicas, dizendo que, o número não está programado para receber chamadas.

Dos 100 municípios fiscalizados, em 47 foram achados escolas e postos de saúdes sem telefones.

O prefeito de Itamaracá do estado de Pernambuco, Augusto Santos, afirma que vem pedindo linhas de telefone para 14 escolas e 5 postos de saúde desde julho de 2002 e não foi atendido, disse também, que há 8 computadores nas escolas que não podem acessar a internet por não existirem linhas telefônicas – já a Telemar afirma que não existem pedidos de linhas telefônicas pela prefeitura.

Os auditores dizem que 63% das prefeituras desconhecem as metas de universalização e não repassaram as informações a população, deixando esta de exigir seus direitos.

Os relatórios da auditoria citaram que 59 municípios dos 100 auditados ainda não possuem postos de atendimentos.

A CGU também achou falhas na cidade de São Paulo, uma das mais ricas do país. Verificou a existência de um hospital – Hospital de São Joaquim o único do município de Baião a 180Km de Belém no Pará, que não tem comunicação telefônica, o hospital fica isolado e isso ocorre já a 5 anos, o prefeito em exercício Nilson Lopes Faria já não sabe a quem apelar.

As operadoras dizem que estão cumprindo as metas determinadas pela Anatel.

A Telefônica informou por meio de sua assessoria de imprensa que faz checagem regularmente em todas as cidades do estado de São Paulo.

A Brasil Telecom só está aguardando a certificação da antecipação do cumprimento das metas de dezembro de 2003 pela Anatel, informou que cumpriu todos os requisitos previstos na regulamentação.

A Telemar também afirma ter cumprido todas as metas estabelecidas.

OTHERO (2003), comenta sobre a reportagem da folha de São Paulo dizendo que os relatórios são contundentes e muito graves, pois, além de outros aspectos, envolvem a própria certificação concedida pela Anatel às operadoras para que 'explorassem' o serviço de longa distância nacional e internacional. Diz ainda: "Por óbvio conclui-se que se houve fraude, todo processo de certificação estaria comprometido".

Sobre as multas que deveriam ser aplicadas pela agência, devido o não cumprimento das metas, o vice-presidente da Anatel, Antonio Carlos Valente, comenta: "Evidentemente que as operadoras deveriam cumprir as metas. Mas a qualidade nos serviços do setor já foi muito pior no passado, e não faz sentido aplicarmos multas porque uma operadora não cumpre uma ou duas metas", VARGA (2002).

Segundo o Jornal do Usuário (2003):

Quando o contrato atende os interesses das operadoras, a Anatel é draconiana e se transforma em uma trincheira da legalidade...Mas quando o cumprimento do contrato representa perda de receita para as empresas, a agilidade já não é a mesma, longe disso. As operadoras têm prazos generosos para recorrer, os processos são julgados lentamente e acabam passeando por quase todas as gavetas do prédio. Por falar nessas estatísticas, é bom lembrar que o poder público não tem certeza de quantos são e onde funcionam os terminais fixos de telefonia no Brasil. Praticamente todos os dados com que trabalha a Anatel são fornecidos pelas próprias empresas. Ou seja, é a raposa que garante ao criador que não comeu nenhuma galinha.

#### 4.4. O porquê de algumas empresas não cumprirem as metas exigidas pela Anatel.

“...os vários sócios das operadoras optaram nos últimos meses por transformar suas operadoras em máquinas de fazer dinheiro, colocando de lado a satisfação dos clientes, justamente para não ter de desembolsar recursos a fim de garantir qualidade de redes”, VARGA (2002).

A presidente da Brasil Telecom no ano de 2002, Carla Cico, põe a culpa na Anatel. “o nível de qualidade exigido pela agência é um dos mais altos do planeta, comparável aos dos países mais desenvolvidos”, Cico diz também, que os gastos para cumprir as metas da Anatel são muito altos, VARGA (2002).

Pode-se dizer, o que muito influenciou o mau desempenho das operadoras principalmente nos anos de 2001 e 2002 foi a pressa de muitas em antecipar metas de expansão de redes telefônicas. Tendo como objetivos conseguir licenças para operar nacionalmente e realizar ligações de longa distância nacional e internacional.

A Telemar atribuiu a má qualidade nos serviços à preocupação em investir nas metas de universalização de sua rede, sendo usado aproximadamente R\$ 8 bilhões para a ampliação do número de linhas nos 16 estado onde atua.

Virgílio Freire da consultoria Brisa, fala que a queda na qualidade nos serviços das operadoras está relacionada também à política de terceirização dos serviços de manutenção. “É uma política totalmente equivocada das operadoras. Isso não garantirá a melhoria da qualidade dos serviços. Os trabalhadores terceirizados não tem um compromisso de garantir que falhas em determinada linha não venham a ocorrer pouco tempo depois do conserto”. O consultor ainda diz, que para mudar a atual situação dos serviços as empresas deveriam trabalhar com força de trabalho das próprias empresas. “Assim, não haveria transferência de trabalhadores para outras áreas nos momentos de

suposta ociosidade. Os funcionários deveriam aproveitar esses momentos para fazer a prevenção de falhas na rede”, VARGA (2002).

Já a vice-presidente de assuntos externos e serviços locais da Embratel, Purificación Carpinteyro, diz que o problema de não atingimentos de metas de qualidade nas ligações nacionais de longa distância no período noturno entre 2001 e 2002 , não tem a ver com a estrutura operacional de sua empresa, mas com as linhas das operadoras regionais”, ela ainda comenta: “As operadoras regionais precisam de mais linhas para podermos completar melhor o serviço. Existe um congestionamento nas redes locais”. VARGA (2002).

## 5. TARIFAS

Em 1994, o custo de uma linha telefônica fixa girava em torno de R\$ 1.200,00, com uma espera aproximadamente de dois anos na fila. A opção era recorrer ao mercado paralelo no qual o preço poderia superar R\$ 5.000,00.

Ao final de 1995 a tarifa telefônica estava defasada, não só no preço, como também a forma cobrada. Eram cobrados valores mais altos nas ligações internacionais e mais baixos nas locais, uma compensava a outra.

Em 95 a Telebrás apresentava as seguintes tarifas, em R\$ e incluso o ICMS:

- a) Assinatura Residencial = 0,61
- b) Assinatura não Residencial = 7,21
- c) Pulso (3 minutos) = 0,028

Era preciso aumentar o valor da tarifa a fim de atrair novos investimentos ao ramo. O primeiro passo que o governo deu foi no mês de novembro, em 1995, ele elevou em cinco vezes o valor da assinatura residencial e 80% o valor da chamada local, houve uma queda de 32% no minuto médio internacional, mas essa redução deve-se a redução do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) cobrado pelos estados e não pela redução das tarifas. As tarifas interurbanas foram reajustadas em 22%, ajudando assim a Telebrás recuperar a sua capacidade de geração de caixa, onde o serviço interurbano tinha sua participação em 49% da receita total da Telebrás. Essas mudanças nas tarifas foram importantes para a preparação da Telebrás à privatização, permitindo que ela atingisse os padrões internacionais. NOVAES (2001, p. 155).

No mês de maio de 1997 houve mais um aumento nas tarifas locais. Em outubro deste mesmo ano, a Portaria 508, do Ministro de Estado das Comunicações, revisou o valor da Tarifa de Habilitação para R\$ 80,00, líquidos de contribuições sociais. Neste mesmo ano foi determinado a aplicação de franquia de 90 pulsos a todas as classes. Ficou decidido que o valor de uma TBSL (Tarifa Básica de Serviço Local) seria de R\$ 10,00, o Pulso era de R\$ 0,058, estes dois últimos também eram líquidos de impostos e contribuições sociais.

**TABELA 11 - VALORES DA ASSINATURA MENSAL**

(Líquidos de impostos e contribuições sociais)

Classe de Assinantes	TBSL	R\$ (19.05.97)
Residencial	1,0	10,00
Não Residencial	1,5	15,00
Tronco de CPCT	2,0	20,00

FONTE: ANATEL

O reajuste do serviço fixo comutado local consiste na atualização monetária de uma cesta de produtos, pelo índice IGP-DI (que mede preços do atacado), constituída de:

- 1) 1/36 da média ponderada das taxas de habilitação (residencial, não residencial e tronco);
- 2) média ponderada das taxas de assinatura básica (residencial, não residencial e tronco);
- 3) valor do pulso multiplicado pelo número de médio de pulsos faturados do Plano Básico do Serviço Local, no intervalo de tempo entre o último reajuste e mês anterior à data de proposta de reajuste.

O fator de ponderação é representado pelo percentual de assinantes de cada categoria (residencial, não residencial e tronco) observados no total de assinantes da concessionária desde o último reajuste. Cada item da cesta de tarifas (composta por assinatura, habilitação e pulso), no entanto, pode subir até nove pontos percentuais além do IGP-DI (1,09 x IGP-DI), desde que haja compensação em outros itens .

No cálculo do reajuste tarifário também existe um fator, denominado “K”, que objetiva transferir parcela dos ganhos de produtividade aos usuários dos serviços, conforme fórmula abaixo:

$$\text{Cesta reajustada} \leq (1-K) * \text{IGP-DI} * \text{Cesta anterior}$$

O fator de transferência “K” foi definido como 0,1 para os reajustes entre 01/01/2001 e 31/12/2005, Ministério da Fazenda (2002).

Compete à Agência – Anatel, controlar, acompanhar e proceder à revisão de tarifas dos serviços prestados no regime público, podendo fixá-las, bem como homologar reajustes. As empresas concessionárias possuem a faculdade de promover reajuste das tarifas em intervalo não inferior a doze meses após homologação da Agência. Os valores tarifários máximos dos Planos Básicos do STFC, é composto pelo imposto relativo à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e de Comunicações – ICMS e das contribuições sociais relativas ao Programa de Integração Social – PIS/PASEP e ao Financiamento da Seguridade Social – COFINS, sendo que as contribuições não são repassadas às tarifas.

O IGP-DI é influenciado pelo câmbio, se o câmbio subir sobe o IGP-DI e sobe as tarifas.

A seguir serão apresentados os valores tarifários máximos dos Planos Básicos de STFC – modalidade local dos anos de 99 a 2002.

**TABELA 12 – VALORES TARIFÁRIOS DO STFC 1999 - 2002**

Valores Tarifários Máximos dos Planos Básicos do STFC Modalidade de Serviço Local (Valores em R\$ não incluindo Tributos)												
Itens Tarifários	A partir de 16/06/1999			A partir de 22/06/2000			A partir de 21/06/2001			A partir de 22/06/2002		
	Região I	Região II	Região III	Região I	Região II	Região III	Região I	Região II	Região III	Região I	Região II	Região III
Assinatura Residencial	11,77	11,62	11,77	14,11	13,92	14,11	18,70	18,14	18,66	21,66	21,12	21,27
Assinatura não Residencial	17,65	17,47	17,31	21,89	21,32	21,22	28,76	28,40	28,18	31,59	28,93	30,67
Pulso Local	0,06	0,07	0,06	0,07	0,07	0,07	0,07	0,08	0,08	0,08	0,09	0,08
Habilitação	50,00	36,33	43,74	50,00	36,79	45,20	56,17	39,20	50,68	35,08	38,60	50,68

FONTE: ANATEL – cálculos feita pela autora.

Após a privatização, houve um aumento da "cesta de tarifas", as operadoras se aproveitaram das regras para aumentar a assinatura residencial e não residencial. Em 1997 a assinatura do telefone residencial era de R\$10,00 e em 2002 chegou a uma média de R\$ 21,35 tendo um acréscimo de 113,50%. Os pulsos também tiveram aumento, quem se destacou mais foi a Região II, chegando a um valor de R\$ 0,09 em 2002. A habilitação foi o único item tarifário que apresentou queda o ano mais representativo foi em 2002, (-17,09%).

Com o aumento das tarifas, muitos brasileiros desistiram de suas linhas telefônicas, um exemplo disso é uma reportagem da revista Carta Capital nº 248 ano IX de 9 de julho de 2003 que conta a história do manobrista Ivanildo Felício dos Santos que, desistiu de sua linha telefônica que havia ganhado do seu primo em 2002, Santos diz que sua conta era de R\$ 45,00 mensais, mas depois de 6 meses da instalação da linha em sua casa, percebeu que não conseguiria continuar com a despesa. Santos é casado há 3 anos, tem uma filha, ganha R\$ 620,00 por mês e não possui casa própria, ele diz: “Só consegui pagar a conta durante seis meses. Pobre não pode ter telefone”, “E com o dinheiro do telefone compro o leite da minha bebê”. Santos não se incomoda de não ter telefone em casa, ele diz que utiliza um telefone público na esquina, e o telefone da vizinha nas horas de emergência, fala: “Não penso em voltar a ter telefone nem tenho vontade. Não faz falta. Só se a taxa baixar pra R\$ 5,00”.

Com o aumento das tarifas telefônicas a inadimplência por parte dos consumidores, cresce a um ritmo acelerado. Consequentemente crescendo também a quantidade de linhas ociosas. A Anatel calcula que exista cerca de 4,3 milhões de telefones ociosos, a Telemar, que atua em 16 Estados, cancelou 185.823 linhas no período aproximado de agosto de 2002 a agosto de 2003, BARBOSA (2003).

## 6. CONCLUSÃO

A privatização do sistema Telebrás em 1998, foi feita em um bom momento, pois no final da década de 90 os negócios de telecomunicações, internet e tecnologia encontravam-se super valorizados

A privatização tinha entre os objetivos incentivar a concorrência no ramo das telecomunicações. Essa concorrência seria promovida através das empresas espelhos, onde essa idéia não deu certo devido aos altos custos de instalações de redes, essas empresas possuem uma fatia muito pequena do mercado aproximadamente 5% no qual tenta concorrer. A conclusão que pode ser tirada do resultado da privatização é que o país substituiu o monopólio estatal pelo monopólio privado.

O numero de linhas telefônicas mais que dobrou desde a privatização, com as metas de universalização fixadas pela agência – Anatel, ampliaram a penetração da telefonia junto à população de menor renda, mas por outro lado, se no início dos anos 90 o acesso dos mais pobres era impedido pelo alto custo das linhas que superavam R\$ 5.000,00, hoje ele é feito pelo custo excessivo das assinaturas básicas, o principal motivo da desistência dos usuários.

Se por um lado a quantidade de telefones fixos instalados pelas prestadoras aumentou após a privatização, o mesmo ainda não se pode dizer da qualidade dos serviços prestados por essas mesmas operadoras. Algumas empresas fazem apenas o necessário para cumprir as metas exigidas pela Anatel para não serem “multadas”, algumas outras não cumprem suas metas mas mesmo assim não são multadas.

O que é possível concluir com esse trabalho é que as prestadoras tem interesse em atuar em regiões onde conseguem obter grandes lucros, deixando grande parte das regiões mais retiradas dos grandes centros, da grandes cidades isoladas, sem telefones. As operadoras cumprem as metas quando lhe convém, uma prova disso é que quando a Anatel divulgou a informação de quem conseguisse cumprir as metas poderia ampliar sua área de atuações, para outras regiões, a maioria das empresas sem “reclamar” correram e atingiram suas metas. Agora quando as prestadoras tem que cumprir suas metas sem um incentivo maior para a melhoria da qualidade do

serviço para os usuários, as mesmas prestadoras reclamam, dizendo que é complicado trabalhar no Brasil porque o nível exigido de qualidade pela Anatel é um dos mais altos do mundo.

O que muito contribui para as operadoras não cumprirem suas metas é a não atuação da Anatel na fiscalização dos serviços prestados, ficando bem claro que a Anatel age segundo os interesses das operadoras, ela é complacente com as informações fornecidas pelas operadoras.

**BIBLIOGRAFIA**

BARBOSA, A. **Telefonia fixa dá sinais de estagnação.** Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/tecnologia/telecom/2003/ago/27/150.htm>> Acesso em: 09 out. 2003.

BARROS, L. C. M de. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/istoe/economia/150128.chtm>> Acesso em: 20 dez. 2003.

BRANDÃO, C. A. **A política de Telecomunicações no Brasil: do Monopólio Público ao Recente Processo de Privatização e Regulamentação.** São Paulo, 2001.

**Caminhado para o monopólio privado em telecomunicações.** Disponível em: <[http://www.fittel.org.br/conttel\\_pdfs/caminhando\\_p\\_monopolio\\_privado.pdf](http://www.fittel.org.br/conttel_pdfs/caminhando_p_monopolio_privado.pdf)> Acesso em 18 julho 2003.

FAGUNDES, J. Disponível em: <<http://conjur.uol.com.br/textos/20268/>> Acesso 14 set. 2003.

GIMENEZ, J. Disponível em: <http://www.dweb.com.br/1998/agosto/05-08-98/p30508.htm> > Acesso em: 10 nov. 2003.

GALVÃO, E. R. **Estudo de Problemas Brasileiros.** 3. ed. Brasília: Revista e Atualizada, 1985.

Gazeta do Povo, Curitiba, 30 de julho de 1998.

HICKS, J. R. **Valor e Capital,** São Paulo: Abril Cultural, 1984.

<http://www.folha.uol.com.br>

<http://www.anatel.gov.br/>

KON, A. **Economia Industrial**, São Paulo: Nobel, 1994.

LOBATO, E. Teles não cumprem metas, mostra auditoria. Folha de S. Paulo, 19 out. 2003.

LOPES, C. Disponível em:

<http://jbonline.terra.com.br/jb/online/internet/destaque/2001/04/onlintdes20010423021.html> > Acesso em: 27 ago. 2003.

LOURENÇO, G. M. A privatização da Telebrás e a estatização, *Análise Conjuntural*. Curitiba, jul/ago. 1998, v. 20, n. 7-8, p.13.

MARCOVITCH, J. **Estratégia Tecnológica na Empresa Brasileira**, São Paulo: Edgard Blucher, 1992.

MATEUS, A.; MATEUS, M. **Microeconomia: Teoria e Aplicações**, São Paulo: Verbo, vol. II, 2002.

MELO, L. C. P. **Estratégia Tecnológica na Embraer**. *Revista e Administração*, São Paulo, v. 24, n. 2, p.118-121, 1989.

Ministério da Fazenda. Disponível em:

<[http://www.fazenda.gov/seae/mercados/tarifa\\_telecom.html](http://www.fazenda.gov/seae/mercados/tarifa_telecom.html)> Acesso em: 5 fev. 2003.

Ministério das Comunicações. **Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal**. Brasília: Paste, 1997.

NAISBITT, J. **Paradoxo Global**, Rio de Janeiro: Campos, 1994.

NOVAES, A. **Privatização do setor de telecomunicações no Brasil**. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

OTHERO, A. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/istoe/economia/150128.htm>> Acesso em: 15 set. 2003.

OTHERO, A. Disponível em: <[http://www.Abusar.org/teles\\_metas.html](http://www.Abusar.org/teles_metas.html)> Acesso em: 10 ago. 2003.

PASTORIZA, F.A. **Privatização na indústria de Telecomunicações: antecedentes e lições para caso brasileiro**. Texto para Discussão, n. 43, BNDES, 1996.

PEQUENA **Cronologia das Telecomunicação no Brasil**. Coordenação e supervisão Embratel – Assessoria de Comunicação social, 1979.

PINHEIRO, A. C; FUKASAKU, K. **A privatização no Brasil – O Caso dos Serviços de Utilidade Pública**. Rio de Janeiro: Departamento de Relações Institucionais, 2000.

PINDYCK, R. S DE; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**, São Paulo: Makron Books, 1994.

PIZARRO, R. **Abertura, Investimento e Competição**. Conjuntura Econômica, março 2000, v. 54, n. 3, p. 42.

Revista Carta Capital, nº 248, ano IX – 09 de junho de 2003, p. 74-77.

Revista Época, 27 de julho de 1998, p. 106 –107.

ROBINSON, J. V. **Ensaio Sobre a Teoria do Crescimento Econômico**, São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia**, São Paulo: Best Seller, 4º ed. 2000.

SARNEY, J. Disponível em: <<http://www.djweb.com.br/1998/agosto/05-08-98/p30508.htm>> Acesso em: 05 maio 2003.

SILVEIRA, A. Disponível em:  
<<http://idgnow.terra.com.br/idgnow/telecom/2002/03/0004>> Acesso em: 07 out. 2003.

THOMPSON, A. A. JR; FORMBY, J.P. **Microeconomia da Firma**, Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil Ltda, 6º edição, 1998.

VARGA, L. Serviço das empresas de telecomunicações fixa abaixo das metas da Anatel. Folha de S.Paulo, 24 jun, 2002.

VICKRES, J. e YARROW, G. **Economic perspectives in privatization**. Journal of Economic Perspectives, 1995, v. 5, n. 2, p. 111-132.